



RPAS
B
A
S
S
S
S

Relatório de Gestão

2015

Índice

1. Introdução	3
2. Organização do Município	4
2.1 Órgãos de Administração do Município 2013-2016	4
Assembleia Municipal Órgão Deliberativo	4
Câmara Municipal – Órgão Executivo	4
3. Recursos Humanos	6
3.1 Introdução.....	6
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2015	6
Caracterização dos Recursos Humanos Segundo Vínculo/ Categoria/ Género.....	8
Caracterização dos Recursos Humanos por Grupo Profissional e Grau de Deficiência.....	10
Caracterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e a Idade	10
Caraterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e os Níveis de Escolaridade	11
3.3 Absentismo	12
3.4 Recrutamento e Seleção	13
3.5 Formação Profissional.....	14
3.6 Projetos no Âmbito das Medidas de Incentivo e Apoio ao Emprego do IEP.....	15
Estágios Profissionais e Curriculares	16
Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	17
Situação Económica/ Financeira.....	18
4. Análise da Execução Orçamental.....	19
4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado.....	19
Equilíbrio Orçamental.....	24
4.2 Receita	26
Estrutura e Evolução.....	26
Execução Orçamental	33
Saldo de Gerência Anterior	35
4.3 Despesa	37
Estrutura e Evolução.....	37
Execução Orçamental Despesa	45
Despesa com o Pessoal.....	49
Fundo Social Municipal.....	55
Transferências Correntes e de Capital.....	57
Montantes Recebidos pelas Juntas de Freguesia	58
Aquisição de Bens de Capital.....	59
4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa	63
4.5 Indicadores Económico - Financeiros	64
4.6 Endividamento	65
4.7 Cumprimento do Artigo 98 da LEO 2015	72
5. Balanço e Demonstração de Resultados	73
5.1 Balanço.....	73
5.2 Demonstração de Resultados	80
Custos	81
Proveitos.....	82
6. Aplicação de Resultados	84
7. Factos Relevantes ocorridos Após o Exercício	85
8. Contabilidade de Custos	86
8.1 Análise de Custos	86
8.2 Análise de Proveitos.....	89
9. Considerações Finais	92

1. Introdução

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, o Município de Arganil apresenta o presente Relatório de Gestão relativo ao ano financeiro de 2015, que se constitui como um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13, do Decreto-Lei supra mencionado (POCAL) e n.º 28 das Instruções n.º1/2001 – 2ª Secção – Resolução n.º 4/2001 e Resolução 6/2013, do Tribunal de Contas.

Pretende-se, também, com este Relatório, dar cumprimento ao estipulado na alínea l), do n.º 2, do Artigo 25º e na alínea i), do n.º 1, do Artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

À Assembleia Municipal compete, por seu lado, nos termos do nº1, do artº.76º, da Lei, nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a sua apreciação e votação - Controlo Político, cabendo ao Tribunal de Contas, de acordo com o fixado no art.º 80º, da mesma Lei, o Controlo Jurisdicional, cumprido que foi, para efeitos de acompanhamento da evolução das diferentes rubricas orçamentais, em termos trimestrais e no cumprimento do *dever de informação*, o seu envio aos Órgãos de tutela da Administração Pública Central – Direcção-Geral das Autarquias Locais e Direcção-Geral do Orçamento.

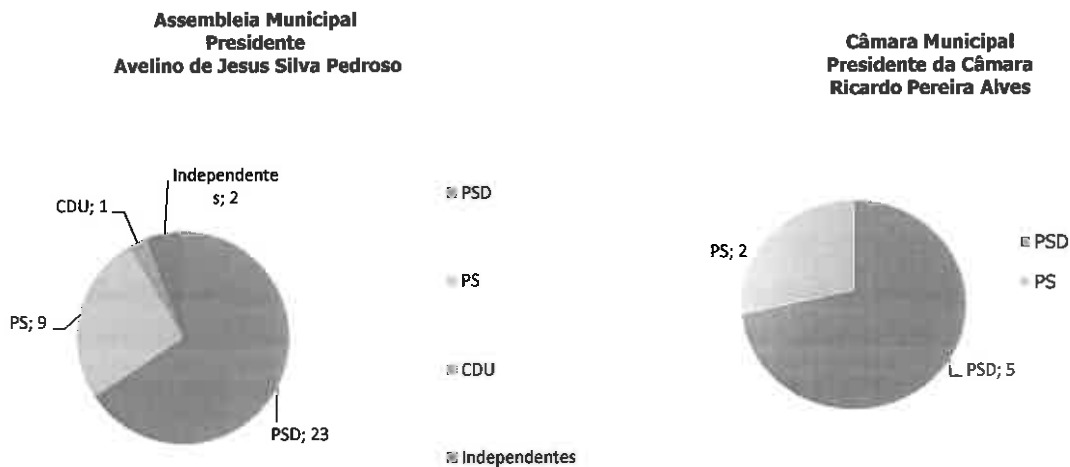
Para além das obrigações legais a cumprir, este Relatório de Gestão demonstra, ainda que de forma resumida, nos diversos aspetos que o compõem, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, no ano financeiro de 2015.

Este Relatório traduz os resultados de um Plano e Orçamento que, dada a conjuntura nacional e internacional, foi bastante condicionado.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam.

2. Organização do Município

2.1 Órgãos de Administração do Município 2013-2016



Assembleia Municipal Órgão Deliberativo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Arganil, órgão deliberativo do Município, é constituída por 35 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e os restantes 14 são Presidentes de Junta de Freguesia, que também a integram.

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015, a Assembleia Municipal realizou 5 sessões ordinárias: 28 de fevereiro, 25 de abril, 27 de junho, 12 de setembro e 28 de novembro.

Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Arganil é composta por 6 vereadores, uma vez que o Município tem menos de 50.000 eleitores.

Durante o ano de 2015 a Câmara Municipal efetuou 24 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias.

RPA
AS
17
[Handwritten signatures and initials]

Ricardo Pereira Alves
Presidente

**Economia, Turismo e
Competitividade
Obras Públicas
Freguesias
Associativismo**

Luís Paulo Costa
Vice-Presidente

Paula Inês Moreira Dinis
Vereadora

Graça Lopes
Vereadora

António Seco
Vereador

**Finanças
Ambiente, Mobilidade e
Energia
Obras Particulares
Cooperação**

**Juventude
Cultura
Desporto
Saúde**

**Educação e
Qualificação
Ação Social
Recursos Humanos**

**Apoio à Presidência
Florestas e Recursos
Endógenos
Feiras e Mercados
Segurança e Proteção
Civil**

Vereadores sem Pelouro atribuído

Eduardo Miguel Duarte Ventura
Vereador

João Pedro Pimentel
Vereador

Pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência:

Secretária: **Maria José de Oliveira Nobre**

3. Recursos Humanos

3.1 Introdução

O ano de 2015 continuou marcado pelas decisões estruturais macroeconómicas da Administração Central ao nível da diminuição da despesa pública, redução do emprego público e controlo rigoroso da massa salarial, política que abrangeu necessariamente também a Administração Local, fazendo com que os Municípios mantivessem a sua reorganização face à diminuição do número de trabalhadores.

A concretização das medidas de austeridade impôs ao Município de Arganil o não aumento das despesas com pessoal relativamente ao ano de 2014, conseqüentemente o controlo rigoroso da rotação de trabalhadores e a excecionalidade dos recrutamentos efetuados, não deixando porém de intensificar a utilização das tecnologias da informação e comunicação, revalorizar as metodologias da nova gestão pública e focalizar o serviço público na satisfação dos cidadãos.

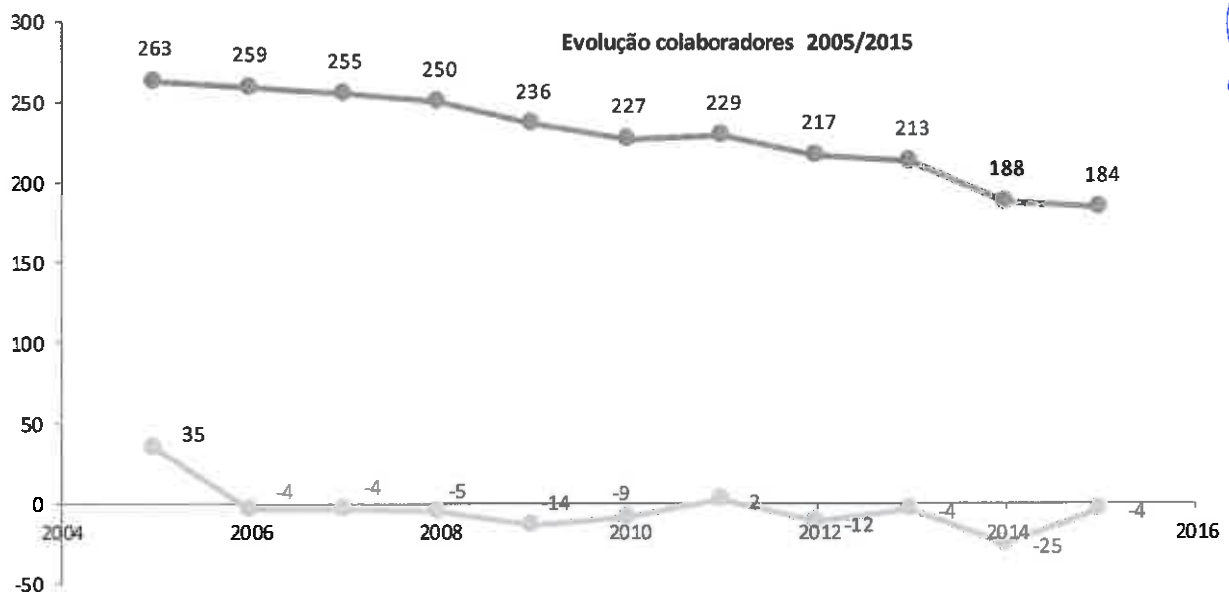
A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil no ano de 2015 foi direcionada também para a consolidação da despesa na área e para a aposta na melhoria das competências, qualificação e flexibilidade dos seus trabalhadores no sentido de proporcionar a prestação de serviços ao munícipe com maior qualidade.

3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2015

Ao longo dos últimos onze anos foi registada uma diminuição significativa do pessoal ao serviço da Autarquia, relativamente ao ano de 2014, verificou-se um decréscimo de 4 trabalhadores, perfazendo 184 no final do ano transato (inclui membros do Gabinete de Apoio à Presidência, contratos de avença, exceciona trabalhadores em licença sem remuneração por período superior a 6 meses, eleitos locais e trabalhadores integrados em medidas de apoio e incentivo do IEFP).

RP/11
 [Handwritten marks and signatures]

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nomeação Definitiva	193	202	200	186	185							
Contrato Administrativo de Provisão	3	4	1	0	0	178	200	202	195	196	183	173
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado			2	11	22	22						
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	18	48	41	41	40	33	25	25	19	15	3	8
Requisições a Outros	2	1	1	1	0							
Requisições de Outros				0	1							
Destacamentos				2	0							
Cedência Especial CMA			2	1	0							
Comissão de Serviço									2	1	1	2
Mobilidade interna a outros				1	1	2	1	1				
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	11	7	11	12	1	1	1	1	1	1	1	1
	227	262	258	255	250	236	227	229	217	213	188	184



Análise de dados por Vínculo:

- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado: 94,02%;
- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo: 4,35%;
- Trabalhadores na situação de comissão de serviço: 1,09%;
- Trabalhadores em regime de contrato de prestação de serviços: 0,54%.

Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que em 2015 o número de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo aumentou; porém foi registada uma diminuição global do número de trabalhadores de 2,13%, confirmando por um lado a tendência da desvinculação dos trabalhadores da Administração Pública através das saídas por

aposentação, quer antecipada, quer por situações de invalidez e para exercício de funções em outras entidades públicas ou privadas e por outro as limitações à possibilidade de recrutamento da própria Administração. Na citada redução incluem-se os 3 trabalhadores na modalidade de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado que aderiram ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo da Administração Local.

Dos trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado verifica-se que 135 pertencem ao regime de proteção social convergente (Caixa Geral de Aposentações) e 40 ao regime geral de segurança social. Considerando estes dois grupos de trabalhadores destacam-se os seguintes encargos:

Trabalhadores CTFP por tempo indeterminado		
	RPSC	RGSS
Remuneração base	1.190.051,00	335.643,41
Subsídio de férias	125.114,76	31.678,71
Subsídio de natal	107.588,49	29.297,04
Subsídio de refeição	129.944,29	38.071,32
Encargos com a saúde - Retenção DGAL para SNS		61.112,06
Encargos com a saúde - ADSE (RO's e acordo de pagamento)		46.154,01
Encargos com a saúde (ADSE)	26.166,69	4.162,28
Ajudas de Custo	5.117,15	792,34
Trabalho Suplementar	28.394,42	3.000,83
Suplementos remuneratórios	11.095,11	925,31
Abono de família	21.747,13	RGSS
Remuneração paga em doença	61.149,73	RGSS
Proteção na parentalidade	32.006,80	RGSS
Pensões	11.369,13	RGSS
Rescisões por mútuo acordo	83.289,91	Não aplicável

A situação existente do colaborador em regime de prestação de serviços na área de advocacia é excecional e persiste nos termos da lei.

Caracterização dos Recursos Humanos Segundo Vínculo/ Categoria/ Género

Trabalhadores em CTFP por tempo indeterminado e em comissão de serviço			
Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	9	17	26
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	15	22	37
Encarregado Operacional	2	0	2
Assistente Operacional	73	34	107
Especialista Informática	1	0	1
Total	100	75	175

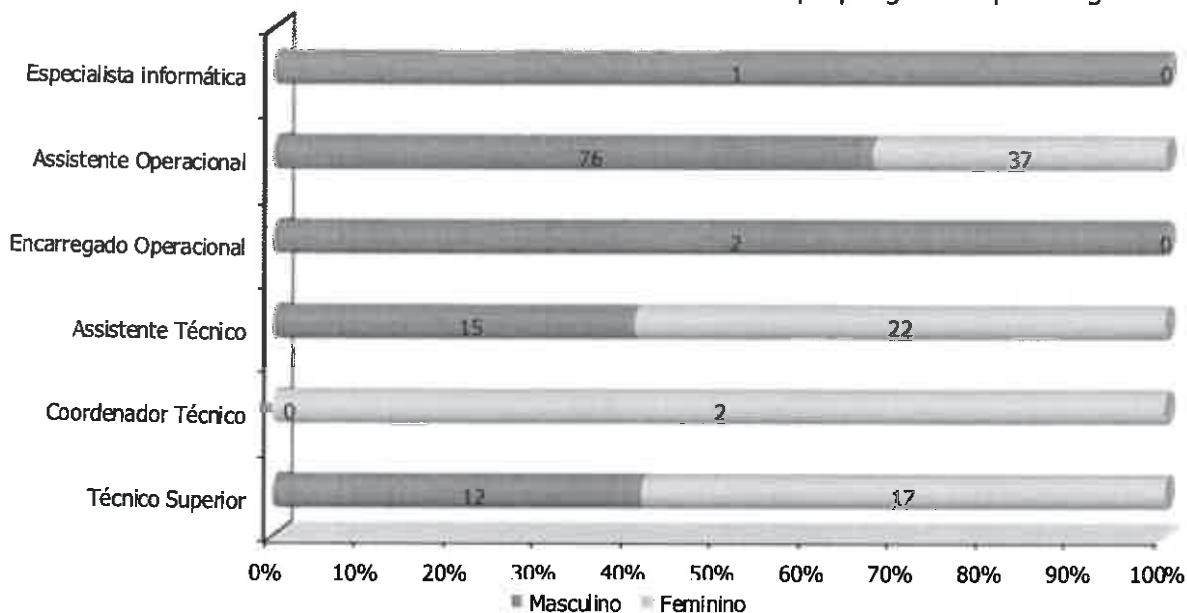
RP/18

Trabalhadores com termo resolutivo certo e em regime de prestação de serviços

Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	3	0	3
Assistente Técnico	0	0	0
Assistente Operacional	3	3	6
Total	6	3	9

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'S. Silva'.

N.º de Colaboradores total do Município por género e por categorial



N.º Total de Colaboradores por género



Quanto ao género, 57,61% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 42,39% do género feminino, sublinhando-se que 71,70% dos trabalhadores do género masculino pertencem à categoria de Assistente Operacional e a maioria dos trabalhadores da categoria de Assistente Técnico e da categoria de Técnico Superior são do género feminino.

Caracterização dos Recursos Humanos por Grupo Profissional e Grau de Deficiência

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que dos 184 colaboradores do Município de Arganil, 2,17% são portadores de grau de deficiência.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência			
Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	1	1
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	1	0	1
Encarregado Operacional	0	0	0
Assistente Operacional	1	1	2
Total	2	2	4

Caracterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e a Idade

Atendendo ao quadro seguinte, verifica-se que 54,3% dos trabalhadores do Município de Arganil possuem entre 45 e 59 anos de idade e nesse intervalo, 67,00% são colaboradores do género masculino. Por outro lado, nos intervalos inferiores a 44 anos, a maior percentagem de colaboradores corresponde ao género feminino. A média etária dos colaboradores ronda os 47 anos.

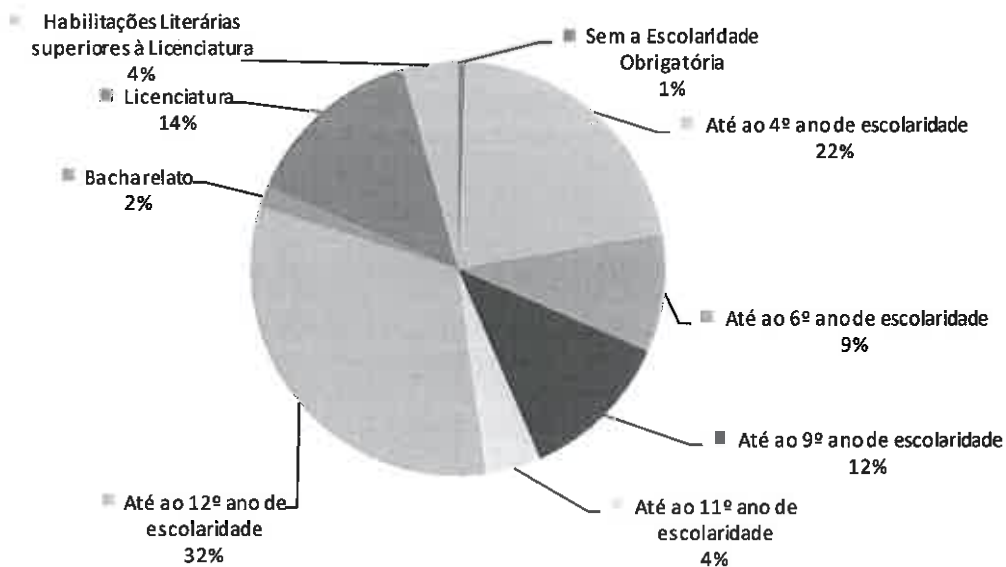
Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade

Intervalo de Idades	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado Operacional		Especialista de Informática		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
(25 - 29)	3	2	1	1	0	0	0	0	7
(30 - 34)	3	0	0	2	2	3	0	0	10
(35 - 39)	3	7	1	4	8	6	1	0	30
(40 - 44)	1	4	2	5	7	6	0	0	25
(45 - 49)	0	1	4	3	16	8	0	0	32
(50 - 54)	1	1	4	8	22	4	0	0	40
(55 - 59)	0	1	2	0	18	7	0	0	28
(60 - 64)	1	1	1	1	5	3	0	0	12
(65 - 69)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	12	17	15	24	78	37	1	0	184

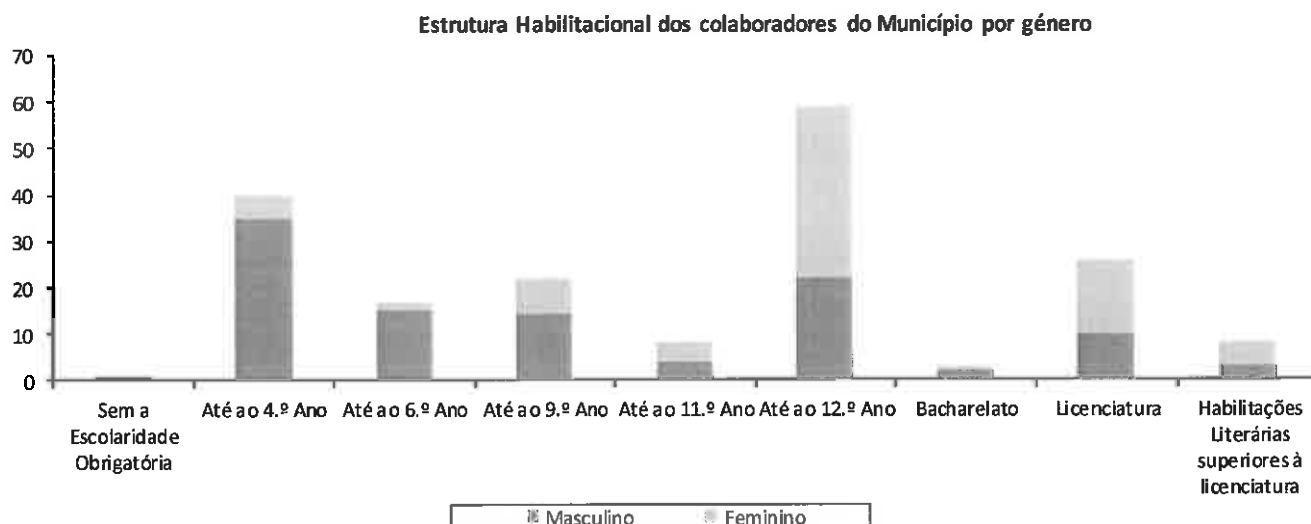
APAS
B
B
B

Caraterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e os Níveis de Escolaridade

Níveis de escolaridade	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado operacional		Especialista de Informática		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Sem a Escolaridade Obrigatória	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Até ao 4º ano de escolaridade	0	0	0	0	35	5	0	0	40
Até ao 6º ano de escolaridade	0	0	0	0	15	2	0	0	17
Até ao 9º ano de escolaridade	0	0	0	0	14	8	0	0	22
Até ao 11º ano de escolaridade	0	0	2	2	2	2	0	0	8
Até ao 12º ano de escolaridade	0	0	12	19	10	18	0	0	59
Bacharelato	1	1	1	0	0	0	0	0	3
Licenciatura	8	11	0	3	1	2	1	0	26
Habilitações Literárias superiores à Licenciatura	3	5	0	0	0	0	0	0	8
TOTAL	12	17	15	24	78	37	1	0	184



A estrutura habilitacional da Autarquia revela que 22,28% dos seus trabalhadores possuem até ao 1º ciclo do ensino básico, 9,24% detêm o 2º ciclo e 11,96% têm o 3º ciclo. 79,89% dos trabalhadores possuem até ao 12º ano de escolaridade e 20,11% possuem habilitações literárias de nível superior. Verifica-se que quanto maior for o grau de habilitações literárias, maior é a quantidade de trabalhadores do género feminino. O nível de escolaridade médio dos trabalhadores do Município de Arganil tem aumentado ao longo do tempo.



3.3 Absentismo

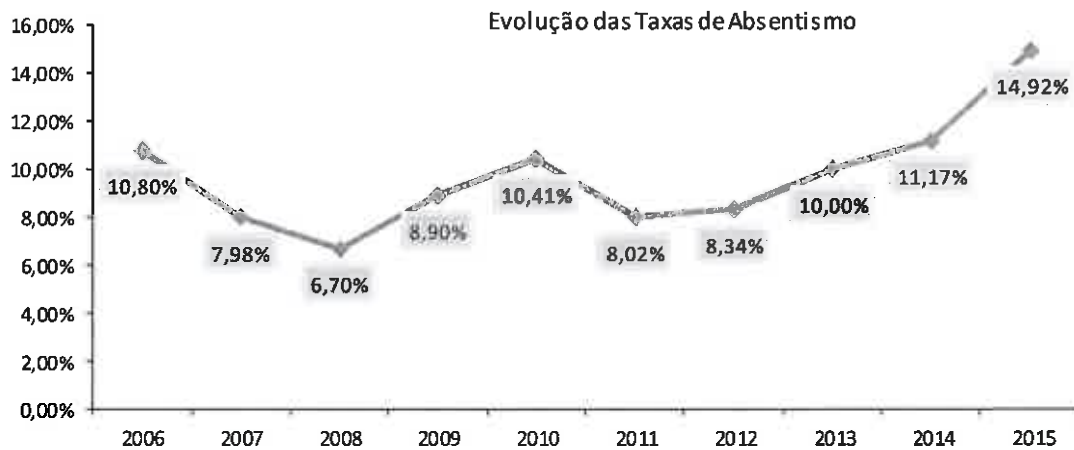
Absentismo		
Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta por greve	31	0,52%
Faltas para provas de concursos	2	0,03%
Falta por falecimento de familiar	25	0,42%
Falta participação mesa eleitoral	5	0,08%
Falta eleito local	6	0,10%
Proteção na parentalidade	1239	20,63%
Faltas para Consultas Médicas	273	4,54%
Consultas médicas ou tratamento ambulatório com familiares	210	3,50%
Faltas por doença	3298	54,90%
Falta para Assistência a Familiares	75	1,25%
Falta por Acidente em Serviço	268	4,46%
Faltas e licenças ao abrigo do Estatuto de Trabalhador Estudante	26	0,43%
Falta por cumprimento de Obrigações Legais	8	0,13%
Doação de sangue	1,5	0,02%
Acompanhamento escolar	19	0,32%
Descansos Compensatório por trabalho extraordinário	514	8,56%
Autoformação profissional	6,5	0,11%
Total	6007	100,00%

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2015, considerando os seguintes fatores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, exceto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2015 (183) e o total de faltas registado no mesmo ano (6007).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2015 situou-se nos 14,92%.

RPAS
FPA
7/2
AS
SN
-
[Signature]

No gráfico seguinte podemos observar a evolução das taxas de absentismo nos últimos dez anos:



As ausências que maior peso tiveram no absentismo do ano 2015 foram as motivadas por doença, maternidade e paternidade, descansos compensatórios pela prestação de trabalho extraordinário e acidentes em serviço, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

Do total das faltas por doença e das faltas relativas à proteção na parentalidade, 93,94% e 70,86%, respetivamente correspondem a trabalhadores enquadrados no regime de proteção social convergente; no cômputo das faltas por assistência a familiares, 65,33% foram registadas por trabalhadores do regime geral da segurança social.

As ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram, para além daquelas que têm maior peso na taxa de absentismo, as motivadas por conta do período de férias e para consultas médicas. No âmbito das ausências para autoformação profissional foram frequentadas 6 ações de formação profissional por um total de 5 trabalhadores.

Comparativamente com o ano de 2014, a taxa de absentismo cresceu 3,24% tendo sido as faltas motivadas por doença e as relativas à proteção na parentalidade aquelas que mais contribuíram para esse acréscimo.

3.4 Recrutamento e Seleção

Durante o ano de 2015 foram excecionalmente abertos os seguintes procedimentos concursais comuns de recrutamento:

Modalidade	Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Local de Trabalho
CTFP por tempo indeterminado	Técnico Superior	Direito	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
	Assistente Operacional	Edifícios e equipamentos	1	Divisão de Gestão Urbanística
		Águas	3	
CTFP com termo resolutivo certo	Assistente Operacional	Águas	1	Divisão de Gestão Urbanística
		Saneamento	1	
		Edifícios e equipamentos	1	
		Educação	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social/Estabelecimentos Escolares de S. Martinho da Cortiça e Arganil
		Serviços gerais	1	Subunidade de Administração Geral/Arganil

3.5 Formação Profissional

Os seguintes dados referem-se a formação profissional e programas de treino ministrados pela iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 5,56 horas de formação profissional em 2015, considerando o volume de 1018 horas de formação profissional, excluindo deste cômputo as 53 horas de autoformação profissional. Os dados anteriores representam o esforço municipal em dotar os seus recursos humanos de competências suficientes para o desempenho eficiente, eficaz e qualitativo das suas funções, beneficiando da execução do plano intermunicipal de formação profissional.

RP/18
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Formação 2015				
Área de Formação	Designação da Ação	Duração em Horas	Nº de partic.	Entidade Formadora
Gestão	Licenciamento Zero – Balcão do Empreendedor	21	1	CIM RC
	Orçamento de Estado 2015 – implicações na gestão de recursos humanos na Administração Local	7	2	CIM RC
	Sessão de divulgação do Centro 2020	4	1	CCDR
	Acordo de Parceria Portugal 2020	16	1	EAPN
	Apresentação de avisos para candidaturas ao FEE	4	1	AREAC
	Fórum de Modernização Administrativa Local	8	1	AMA
Suporte	Espaço Cidadão	90	5	AMA
	Transportes Coletivos de crianças	20	2	IFR
	Livrete individual de controlo	7	6	IFR
	Cartas de condução da categoria C e C+E	*	3	ECA
	Tratamento de águas de piscinas	7	3	Osminergia
Desporto	Convenção internacional de Fitness	16	2	Gimnófico
	Curso de nadador salvador	*	1	ISN
	Convenção internacional Mundo Hidro	7	2	Mundo Hidro
Educação e Ação Social	CPCJ: um modelo de governação integrada	7	1	CPCJ
	Gestão de conflitos pessoais e institucionais no contexto educativo	16	4	CFAE
	Congresso “imigração e integração”	11,5	1	Lousã CI
	Sessões de divulgação sobre inovação e inclusão social	3	1	PORC 2020 e POISE
	Encontro Nacional Juventude 2020	8	1	FNAJ
	Curso de formação avançada “Promoção e proteção de crianças e jovens”	7	1	CES UC
Informática	Desafios da banda larga nas cidades inteligentes	3	1	eSpap Lab
	Código do Procedimento Administrativo	21	1	CIM RC
Jurídica	Regime jurídico de acesso e exercício a diversas atividades	7	6	CIM RC
	Regime Jurídico de urbanização e edificação	4	3	CCDR
	Compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas	7	1	CEFA
	Seminário “O novo Código do Procedimento Administrativo”	7	7	CIM RC
Turismo	Seminário Rota dos Vinhos do Dão: um destino ecoturístico	7	1	CVRD
Urbanismo, Engenharia e Arquitetura	Curso de Gestores municipais de energia	16,5	1	AREAC
	Jornadas internacionais de arquitetura “Património vs Turismo”	14	1	OA
	Conceitos e princípios de iluminação interior e de emergência	2	1	AREAC
Ambiente e Florestas	A gestão eficiente da energia no setor público	7,5	1	EDP e jornal de negócios
	Marcação de percursos pedestres	4	9	Adinterni
	O modelo de gestão da água e do saneamento em Portugal e implicações na regulação tarifária	7	1	CTGA
Bibliotecas	Bibliotecas Públicas: que futuro?	7	2	Assoc. Portuguesa Bibliotecárias, Arquivistas e Documentalistas
	Rota(s) da palavra – 3º encontro de literatura infantil e juvenil de Coimbra	13	1	CFE Minerva
	IV Partilhar para crescer – Encontro de Bibliotecas Públicas da CIM RC	8	2	Município de Tábua

3.6 Projetos no Âmbito das Medidas de Incentivo e Apoio ao Emprego do IEFP

No ano de 2015 foi possível aceder a um conjunto de medidas que visaram, no contexto particular da crise económica internacional e da situação do mercado de trabalho, estimular a criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados.

Neste contexto, o Município de Arganil promoveu contratos emprego-inserção, medida direcionada a desempregados beneficiários de prestações de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção e pressupõe a realização de trabalho socialmente necessário durante um período máximo de 12 meses, tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contato destes trabalhadores com o mercado do trabalho, evitando o seu risco de

isolamento, desmotivação e marginalização. O Município de Arganil promoveu e desenvolveu no ano de 2015, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 23 projetos neste âmbito, num total de 30 trabalhadores ocupados.

Contratos Emprego - Inserção

Área de atividade	Género e Nº de colaboradores ocupados		Tipo
	M	F	
Limpeza e conservação de espaços públicos	8	0	Contratos Emprego-inserção
Apoio à infância	0	1	
Receção e Informação	0	1	
Serviço Social	0	1	
Serviços gerais	0	1	
Limpeza e conservação de espaços públicos	10	1	Contratos Emprego-inserção +
Serviços administrativos	0	1	
Apoio à infância	0	4	
Serviços Gerais	1	1	
TOTAL	19	11	*

Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2015 o Município de Arganil acolheu/promoveu 28 estágios curriculares e 7 estágios profissionais (5ª edição do Programa de Estágios Profissionais para a Administração Local), consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos jovens para acrescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contacto e do serviço na organização municipal.

Estágios Curriculares

Área do Estágio	Nº de estagiários	Entidade Formadora
Técnico de Gestão Ambiental	2	Agrupamento de Escolas de Arganil
Artes e Ofícios	4	
Jardinagem e Espaços Verdes	6	
Turismo Ambiental e Rural	4	
Técnico de Multimédia	3	
Técnico de gestão de equipamentos informáticos	3	
Técnico de Animação	3	
Técnico de organização de eventos	1	
Técnico de apoio à gestão desportiva	2	Agrupamento de Escolas de Tábua
TOTAL	28	

REIS
19/10
AS
SD
+
JL
JL

Estágios Profissionais	
Área do Estágio	Nº de estagiários
Arquitetura	1
Turismo	1
Engenharia Civil	1
Desporto e Educação Física	1
Comunicação e multimédia	1
Arqueologia	1
Direito	1
Total	7

Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

O Município de Arganil detém as áreas da higiene, segurança e saúde no trabalho contratualizadas externamente e de cujas prestações de serviços resultou a emissão de 170 fichas de aptidão para o trabalho (medicina no trabalho).

Situação Económica/ Financeira

Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2015.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2015.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro da Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e no Orçamento de Estado.

4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2015 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respetivamente, em 21 de outubro e 8 de novembro de 2014.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2015, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

O Orçamento de 2015 do Município de Arganil foi aprovado com um valor de 16.275.513,00€, tendo registado um acréscimo de 1.435.295,00€ (9,65%), relativamente ao exercício de 2014.

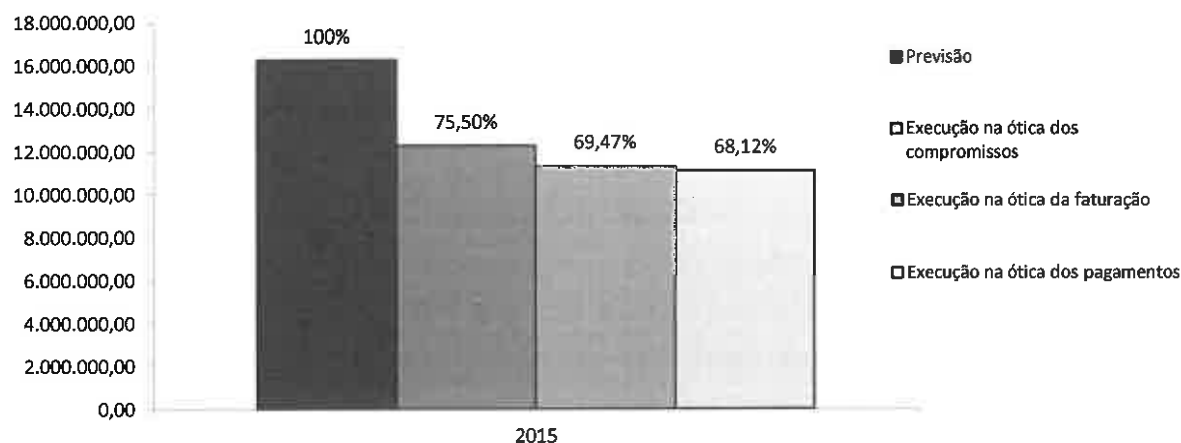
O Orçamento Inicial da Receita para 2015 foi aprovado com um valor total de 16.275.513,00€ dos quais 10.182.354,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e 6.092.659,00€ respeitavam à receita de capital estimada.

A receita total cobrada totalizou a importância de 12.431.725,03€ registando uma taxa de execução, relativamente ao valor orçamentado, de 76,38%.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 16.275.513,00€, correspondendo 9.019.487,00€ às despesas correntes e 7.256.026,00€ às despesas de capital. A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 68,12%.

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

A taxa de execução orçamental global, de cerca de 75,5%, verificada na ótica do compromisso (do exercício), demonstra que do total da Despesa que inicialmente a autarquia se tinha proposto realizar, parte estava efetivamente em fase de finalização ou a decorrer à data de 31-12-2015. Devido à redução das transferências comunitárias e das transferências do Orçamento de Estado, que ao contrário do que era expectável, não têm acompanhado o esforço da autarquia, a execução na perspetiva do pagamento ficou nos 68,12% (em 2010 foi de 67,81% e em 2011 de 73,94%, em 2012 76,96%, em 2013 de 66,72% e em 2014 73,90%).



Os totais do orçamento inicial e final mantiveram-se inalterados, apesar da revisão orçamental ocorrida no exercício, uma vez que essa não teve como efeito qualquer aumento quer de despesa, quer de receita. Analisando rubrica a rubrica, constata-se alterações dentro das despesas correntes e dentro das despesas de capital, em resultado das 16 alterações orçamentais verificadas durante o ano de 2015, que tiveram como objetivo ajustar as previsões orçamentais.

Execução Orçamental 2015

	Inicial	Orçamento Orçamento Final	Variação	Valor Executado	Execução Desvio	%
Receita						
01- Impostos directos	1.661.198,00	1.661.198,00	0,00	1.770.606,27	109.408,27	106,59%
02- Impostos indirectos	72.548,00	72.548,00	0,00	87.379,19	14.831,19	120,44%
04 - Taxas multas e outras penalidades	371.043,00	371.043,00	0,00	321.662,32	-49.380,68	86,69%
05 - Rendimentos de propriedade	1.195.346,00	1.195.346,00	0,00	1.107.113,70	-88.232,30	92,62%
06 - Transferências correntes	5.599.856,00	5.599.856,00	0,00	5.718.864,95	119.008,95	102,13%
07 - Venda de bens e serviços correntes	1.248.926,00	1.248.926,00	0,00	1.208.828,24	-40.097,76	96,79%
08 - Outras receitas correntes	33.437,00	33.437,00	0,00	21.894,31	-11.542,69	65,48%
Total das Receitas Correntes	10.182.354,00	10.182.354,00 ^{Pr}	0,00	10.236.348,98 ^{Pr}	53.994,98	100,53%
09 - Venda de bens de capital	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	-70.000,00	0,00%
10 - Transferências capital	5.987.034,00	4.800.250,85	1.186.783,15	967.321,77	-3.832.929,08	20,15%
13 - Outras receitas de capital	35.625,00	35.625,00	0,00	3.287,11	-32.337,89	9,23%
Total das Receitas de Capital	6.092.659,00	4.905.875,85 ^{Pr}	1.186.783,15	970.608,88 ^{Pr}	-3.935.266,97	19,78%
15 - Repo. não abatidas aos pagamentos	500,00	500,00	0,00	37.984,02	37.484,02	7596,80%
16 - Saldo Gerência Anterior		1.186.783,15	-1.186.783,15	1.186.783,15	0,00	100,00%
Total da Receita	16.275.513,00	16.275.513,00	0,00	12.431.725,03	-3.843.787,97	76,38%
Despesa						
01 - Despesas com pessoal	3.859.087,00	3.552.687,00	306.400,00	3.224.675,71	-328.011,29	90,77%
02 - Aquisição de bens e serviços	4.063.100,00	4.164.000,00	-100.900,00	3.162.890,01	-1.001.109,99	75,96%
03 - Juros e outros encargos	86.000,00	72.000,00	14.000,00	59.393,09	-12.606,91	82,49%
04 - Transferências correntes	594.300,00	767.100,00	-172.800,00	717.960,12	-49.139,88	93,59%
06 - Outras despesas correntes	417.000,00	463.700,00	-46.700,00	406.635,20	-57.064,80	87,69%
Total das despesas correntes	9.019.487,00	9.019.487,00 ^{Pr}	0,00	7.571.554,13 ^{Pr}	-1.447.932,87	83,95%
07 - Aquisição de bens de capital	5.528.400,00	5.331.774,00	196.626,00	1.771.871,47	-3.559.902,53	33,23%
08 - Transferências de capital	677.000,00	793.000,00	-116.000,00	614.988,34	-178.011,66	77,55%
09 - Ativos Financeiros	80.626,00	161.252,00	-80.626,00	161.252,00	0,00	100,00%
10 - Passivos financeiros	970.000,00	970.000,00	0,00	967.336,02	-2.663,98	99,73%
11 - Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total das despesas de capital	7.256.026,00	7.256.026,00 ^{Pr}	0,00	3.515.447,83	-3.740.578,17	48,45%
Total da Despesa	16.275.513,00	16.275.513,00	0,00	11.087.001,96	-5.188.511,04	68,12%

PPM
F
E
2
B
17
C
J

Os agregados correntes da receita e da despesa, apresentaram níveis de execução na ótica dos pagamentos de 100,53% e 83,95% respetivamente, sendo taxas de concretização maiores que as registadas nas rubricas de capital.

Relativamente às alterações orçamentais ocorreram nas seguintes datas:

Alterações Orçamentais	Data
1.ª Alteração	02-01-2015
2.ª Alteração	26-03-2015
3.ª Alteração	05-05-2015
4.ª Alteração	27-05-2015
5.ª Alteração	03-06-2015
6.ª Alteração	15-06-2015
7.ª Alteração	31-07-2015
8.ª Alteração	17-08-2015
9.ª Alteração	27-08-2015
10.ª Alteração	28-09-2015
11.ª Alteração	16-10-2015
12.ª Alteração	29-10-2015
13.ª Alteração	17-11-2015
14.ª Alteração	25-11-2015
15.ª Alteração	17-12-2015
16.ª Alteração	30-12-2015

As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, como é evidenciado no quadro seguinte:

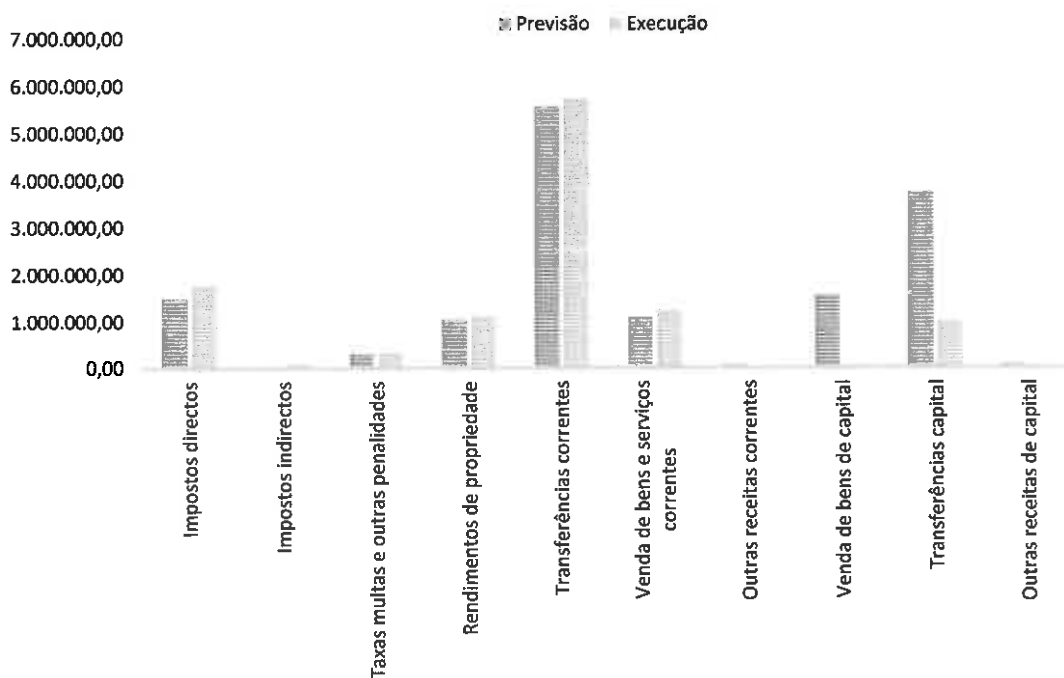
Designação	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
1. Despesas Correntes	9.019.487,00	55,42%	596.600,00	596.600,00	9.019.487,00	55,42%	0,00	0,00%
1.1 Pessoal	3.859.087,00	23,71%	26.500,00	332.900,00	3.552.687,00	21,83%	-306.400,00	-7,94%
1.2 Aquisição de Bens	746.800,00	4,59%	67.000,00	85.000,00	728.800,00	4,48%	-18.000,00	-2,41%
1.3 Aquisição de Serviços	3.316.300,00	20,38%	131.400,00	12.500,00	3.435.200,00	21,11%	118.900,00	3,59%
1.4 Juros e Outros Encargos	86.000,00	0,53%		14.000,00	72.000,00	0,44%	-14.000,00	-16,28%
1.5 Transferências Correntes	594.300,00	3,65%	292.000,00	119.200,00	767.100,00	4,71%	172.800,00	29,08%
1.6 Outras Despesas Correntes	417.000,00	2,56%	79.700,00	33.000,00	463.700,00	2,85%	46.700,00	11,20%
2. Despesas de Capital	7.256.026,00	44,58%	662.126,00	662.126,00	7.256.026,00	44,58%	0,00	0,00%
2.1 Terrenos	67.500,00	0,41%	500,00		68.000,00	0,42%	500,00	0,74%
2.2 Habitações/ Edifícios	1.036.650,00	6,37%	213.000,00	200.000,00	1.049.650,00	6,45%	13.000,00	1,25%
2.3 Construções Diversas	3.467.500,00	21,31%	154.500,00	314.000,00	3.308.000,00	20,33%	-159.500,00	-4,60%
2.4 Material de Transporte	110.000,00	0,68%	8.000,00	9.500,00	108.500,00	0,67%	-1.500,00	-1,36%
2.5 Equipamento/ Software Infor	253.000,00	1,55%	26.000,00	38.626,00	240.374,00	1,48%	-12.626,00	-4,99%
2.6 Equipamento Administrativo	375.250,00	2,31%		5.000,00	370.250,00	2,27%	-5.000,00	-1,33%
2.7 Equipamento Básico	103.500,00	0,64%	46.500,00		150.000,00	0,92%	46.500,00	44,93%
2.8 Ferramentas e Utensílios	5.000,00	0,03%			5.000,00	0,03%	0,00	0,00%
2.9 Investimentos Incorpóreos/ A	110.000,00	0,68%		78.000,00	32.000,00	0,20%	-78.000,00	-70,91%
2.10 Transferências de Capital	677.000,00	4,16%	133.000,00	17.000,00	793.000,00	4,87%	116.000,00	17,13%
2.11 Ativos Financeiros	80.626,00	0,50%	80.626,00		161.252,00	0,99%	80.626,00	100,00%
2.11 Passivos Financeiros	970.000,00	5,96%			970.000,00	5,96%	0,00	0,00%
2.12 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%			0,00	0,00%	0,00	-
Total das Despesas (1)+(2)	16.275.513,00	100,00%	1.258.726,00	1.258.726,00	16.275.513,00	100,00%	0,00	0,00%

Verifica-se que ocorreram movimentações inter-rubricas, representadas por reforços no valor de 1.258.726,00€ e por anulações de igual valor.

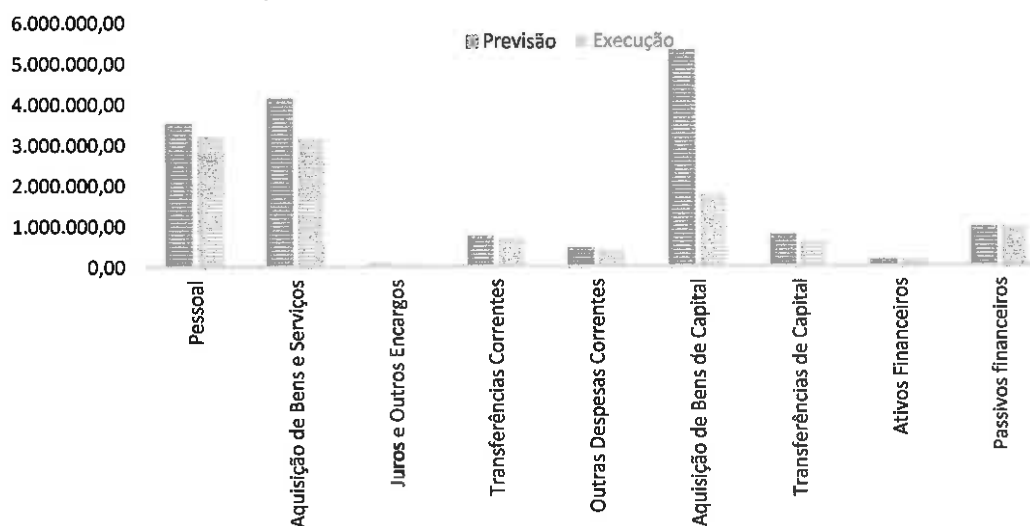
É possível concluir ainda que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram no pessoal e transferências correntes, em termos correntes, e construções diversas e edifícios/ habitações, em termos de capital.

Relativamente ao Orçamento Municipal, sendo um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de diferenças. Estas divergências, em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa, encontram-se expostas nos gráficos seguintes.

Orçamento da Receita Previsão/ Execução 2015



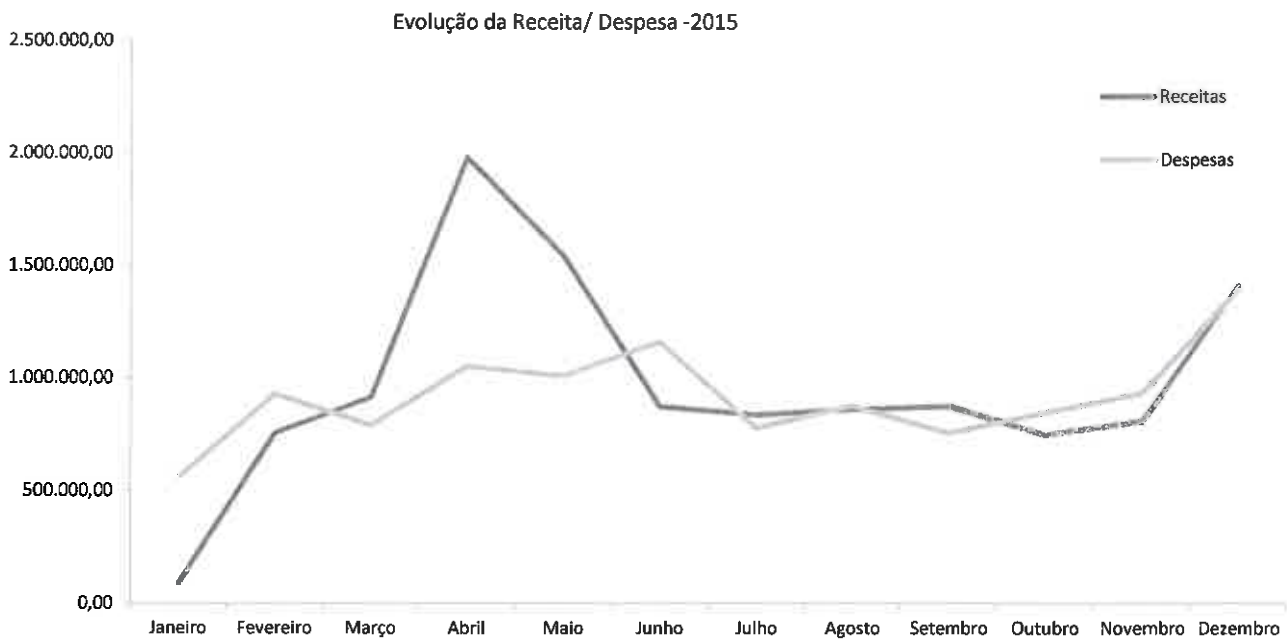
Orçamento Despesa - Previsão/ Execução 2015



APAS
\$
B
M
AS
S
f
B
de

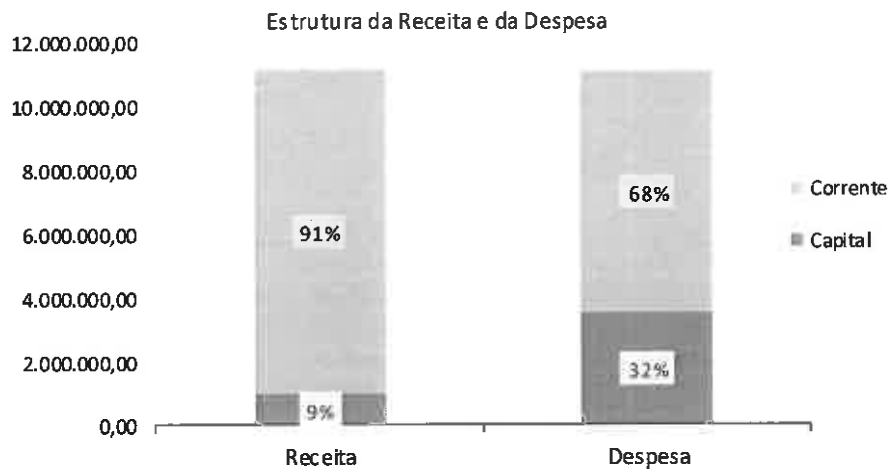
O quadro seguinte permite analisar a evoluçãc da receita e da despesa ao longo do ano:

Evoluçãc das Receitas e Despesas 2015							
Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Rec.	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	730.500,57	84.014,91	3.321,88	817.837,36	411.779,60	146.021,98	557.801,58
Fevereiro	675.799,68	47.926,11	31.181,07	754.906,86	588.469,27	340.011,62	928.480,89
Março	817.439,69	94.035,47	2.143,91	913.619,07	556.790,61	233.080,37	789.870,98
Abril	743.191,24	48.975,20	1.188.024,16	1.980.190,60	841.598,43	209.974,69	1.051.573,12
Mai	1.486.309,52	57.010,43	6,15	1.543.326,10	562.266,09	448.150,54	1.010.416,63
Junho	799.847,75	74.943,89	65,00	874.856,64	852.671,01	308.745,68	1.161.416,69
Julho	755.602,14	81.555,09	0,00	837.157,23	503.087,80	276.494,39	779.582,19
Agosto	812.860,04	48.432,19	25,00	861.317,23	632.538,74	244.422,88	876.961,62
Setembro	827.501,26	47.679,32	0,00	875.180,58	552.422,28	203.307,36	755.729,64
Outubro	702.975,18	47.593,00	0,00	750.568,18	564.414,65	283.077,82	847.492,47
Novembro	699.698,78	111.250,90	0,00	810.949,68	645.881,72	288.731,65	934.613,37
Dezembro	1.184.623,13	227.192,37		1.411.815,50	859.633,93	533.428,85	1.393.062,78
Total	10.236.348,98	970.608,88	1.224.767,17	12.431.725,03	7.571.554,13	3.515.447,83	11.087.001,96



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que entre os valores da receita e da despesa paga houve oscilações durante o ano de 2015, sendo o da segunda superior ao da primeira.

O gráfico abaixo mostra a estrutura da Receita e da Despesa, segundo uma ótica corrente e de capital. As rubricas correntes são superiores às de capital, sendo a da receita superior à da despesa, com 91% e 9% respetivamente.



Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, que instituiu o POCAL, disposto na alínea e) do ponto 3.1.1, obriga a que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. A aplicação desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

Da aplicação desta normativo legal, resultou no ano de 2015 uma poupança corrente de 2.664.794,85€; este montante é superior em cerca de 485.734,91€ ao registado no ano de 2014.

Analisando os últimos anos, regista-se um crescimento positivo refletindo uma evolução positiva na estrutura da execução orçamental, com um aumento do superavit corrente, para financiar o investimento.

Equilíbrio Orçamental	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas										
Correntes	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81	7.761.962,00	7.844.002,60	9.211.341,22	9.923.469,62	10.236.348,98
Despesas										
Correntes	6.994.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61	7.196.003,05	7.280.083,85	7.744.409,68	7.571.554,13
Poupança Corrente										
	-257.033,33	630.644,78	308.889,63	1.034.162,15	-241.106,24	585.117,39	647.999,55	1.931.257,37	2.179.059,94	2.664.794,85

A Lei 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, também estipula uma regra de equilíbrio corrente, que se encontra prevista no seu artigo 40º, definindo que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual á despesa corrente acrescida das

amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No exercício de 2015, a aplicação desta norma, e considerando as amortizações de empréstimos de médio e longo prazo pagas em 2015 traduziu-se num Saldo de Equilíbrio Orçamental de 1.717.883,25€ cumprindo-se com margem o limite legal.

**Equilíbrio Orçamental - nos termos da Lei das Finanças Locais
artigo 40º da Lei 73/2013 de 3 de setembro**

Rúbricas de 2015

A	Receita corrente bruta	10.256.773,40
B	Despesas correntes	7.571.554,13
C	Amortizações empréstimos MLP	967.336,02
A-B-C	Saldo de equilíbrio orçamental	1.717.883,25

Caso fosse considerado as despesas correntes comprometidas para a aferição do equilíbrio orçamental o saldo seria 1.064.377,96€.

4.2 Receita

Estrutura e Evolução

A crise económica e financeira que o país atravessa continuou a marcar o ano de 2015, o qual esteve sujeito a políticas de contenção e disciplina.

A entrada em vigor já em 2012 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Decreto de Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que veio estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da mesma, vieram condicionar a atuação dos Municípios, restringindo as regras de assunção de compromissos.

Nos últimos anos os Municípios têm visto reduzidas, ou não aumentadas, de acordo com o previsto, as transferências do Orçamento de Estado, o que é bastante penalizador para as autarquias, nomeadamente as pequenas autarquias, como Arganil, para as quais as transferências do Orçamento do Estado representam cerca de 48% das receitas totais. Estas reduções provocam uma diminuição da sua capacidade financeira e de tesouraria. No ano de 2015 houve um aumento das transferências do Orçamento de Estado, contudo inferior à diminuição verificada no ano de 2014.

No quadro seguinte evidencia-se a evolução das transferências do OE:

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Variação Valor
5.979.887,00	5.979.887,00	5.979.887,00	6.278.881,00	6.592.825,00	6.660.405,00	6.327.385,00	6.010.986,00	6.010.986,00	5.845.512,00	5.976.693,00	0,00
0,00%	0,00%	5,00%	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,75%	2,24%	0,00	
											298.994,00
											67.580,00
											-333.020,00
											-316.399,00
											0,00
											-165.474,00
											3118100

No exercício de 2015, a receita arrecadada totalizou a importância de 11.206.957,86€ (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) e apresentou um acréscimo face a 2014 de 292.005,63€, que corresponde a cerca de 3%.

Analisando a evolução global das receitas, constata-se que no ano de 2015 a receita voltou, ainda que pouco, a crescer. Os picos das receitas verificaram-se em 2006 e em 2010 consequência da contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiros nesses dois anos.

Designação	2012			2013			2014			2015			Var 14/2015	
	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	%
Total da Receita Corrente	7.844.002,60	100,00%	58,03%	9.211.341,22	100,00%	85,77%	9.923.469,62	100,00%	90,92%	10.236.348,98	100,00%	91,34%	312.879,36	3,15%
Imposto Municipal sobre Imóveis	958.817,36	12,22%	7,09%	1.189.491,48	12,91%	11,08%	1.359.250,10	13,70%	12,45%	1.328.787,40	12,98%	11,86%	-30.462,70	-2,24%
Imp. Único de Circulação	191.441,79	2,44%	1,42%	247.473,45	2,69%	2,30%	219.775,74	2,21%	2,01%	210.028,23	2,05%	1,87%	-9.747,51	-4,44%
IMT	169.638,65	2,16%	1,25%	175.511,70	1,91%	1,63%	123.577,92	1,25%	1,13%	231.790,64	2,26%	2,07%	108.212,72	8,57%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	38.755,37	0,49%	0,29%	58.837,85	0,64%	0,55%	65.669,99	0,66%	0,60%	87.379,19	0,85%	0,78%	21.709,20	33,06%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	295.209,48	3,76%	2,18%	313.175,19	3,40%	2,92%	324.906,45	3,27%	2,98%	321.662,32	3,14%	2,87%	-3.244,13	-1,00%
Rendimentos de propriedades	1.013.395,53	12,92%	7,50%	1.019.324,27	11,07%	9,49%	1.152.679,76	11,62%	10,56%	1.107.113,70	10,82%	9,88%	-45.566,06	-3,95%
Participações do Município nos														
Impostos do Estado	3.755.712,00	47,88%	27,78%	4.883.349,00	53,01%	45,47%	5.298.824,00	53,40%	48,55%	5.405.572,00	52,81%	48,23%	106.748,00	2,01%
Outras Transferências	298.214,95	3,80%	2,21%	254.316,16	2,76%	2,37%	297.654,66	3,00%	2,73%	313.292,95	3,06%	2,80%	15.638,29	5,25%
Venda de bens e prestação de														
Serviços correntes	1.068.284,69	13,62%	7,90%	1.027.409,10	11,15%	9,57%	1.062.769,08	10,71%	9,74%	1.208.828,24	11,81%	10,79%	146.059,16	13,74%
Outras Receitas Correntes	54.532,78	0,70%	0,40%	42.453,02	0,46%	0,40%	18.361,92	0,19%	0,17%	21.894,31	0,21%	0,20%	3.532,39	19,24%
Total Receita de Capital	5.673.147,48	100,00%	41,97%	1.528.352,25	100,00%	14,23%	991.482,61	100,00%	9,08%	970.608,88	100,00%	8,66%	-20.873,73	-2,11%
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00%	0,00%	67.431,10	4,41%	0,63%	163.386,00	16,48%	1,50%	0,00	0,00%	0,00%	-163.386,00	-100,00%
Participações do Município nos														
Impostos do Estado	2.255.274,00	39,75%	16,68%	1.127.637,00	73,78%	10,50%	546.688,00	55,14%	5,01%	571.121,00	58,84%	5,10%	24.433,00	4,47%
Outras Transferências	3.369.865,34	59,40%	24,93%	328.307,86	21,48%	3,06%	256.301,03	25,85%	2,35%	396.200,77	40,82%	3,54%	139.899,74	54,58%
Passivos Financeiros		0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	48.008,14	0,85%	0,36%	4.976,29	0,33%	0,05%	25.107,58	2,53%	0,23%	3.287,11	0,34%	0,03%	-21.820,47	-86,91%
Total das Receitas sem Reposições e sem Saldo Gerência Anterior	13.517.150,08	100%	100%	10.739.693,47	100%	100%	10.914.952,23	100%	100%	11.206.957,86	100%	100%	297.005,63	2,72%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos/ Saldo de Gerência	472.086,45			441.219,91			1.211.544,79			1.224.767,17			13.222,38	3,00%
Total das Receitas	13.989.186,53			11.180.913,38			12.126.497,02			12.431.725,03			305.228,01	2,73%

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada no quadro seguinte:

Designação	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	Var 14/15 Valor	%
1. Impostos Directos	1.319.897,80	1.612.476,63	1.702.603,76	1.770.606,27	68.002,51	3,99%
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr. Autárquica	958.817,36	1.189.491,48	1.359.250,10	1.328.787,40	-30.462,70	-2,24%
Imp. Único de Circulação/ IMV	191.441,79	247.473,45	219.775,74	210.028,23	-9.747,51	-4,44%
IMT	169.638,65	175.511,70	123.577,92	231.790,64	108.212,72	87,57%
2. Impostos indirectos específicos das Autarquias	38.755,37	58.837,85	65.669,99	87.379,19	21.709,20	33,06%
Mercados e Feiras	1.128,03	1.750,00	2.953,60	3.618,64	665,04	22,52%
Loteamentos e Obras	2.744,47	6.873,34	11.901,96	14.703,32	2.801,36	23,54%
Ocupação da Via Pública	4.857,68	4.760,32	6.181,60	5.183,36	-998,24	-16,15%
Publicidade	3.005,64	3.079,76	1.845,83	1.161,29	-684,54	-37,09%
Saneamento empresas	26.987,75	42.342,63	42.755,20	62.696,68	19.941,48	46,64%
Outros	31,80	31,80	31,80	15,90	-15,90	-50,00%
3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	295.209,48	313.175,19	324.906,45	321.662,32	-3.244,13	-1,00%
Mercados e Feiras	40.680,67	40.780,48	40.435,11	40.059,36	-375,75	-0,93%
Loteamentos e Obras	44.497,32	25.459,69	43.410,10	13.994,68	-29.415,42	-67,76%
Ocupação da Via Pública	7.395,09	6.179,17	9.085,07	6.302,21	-2.782,86	-30,63%
Caça, uso e porte de arma	55,74	9,65	3,24	31,06	27,82	858,64%
Saneamento - Particulares	166.700,93	196.675,38	189.159,57	224.072,84	34.913,27	18,46%
Outras	17.555,58	20.211,56	16.510,57	13.249,16	-3.261,41	-19,75%
Juros de Mora	1.155,19	8.586,96	15.392,70	16.565,72	1.173,02	7,62%
Juros compensatórios	2.359,93	7.093,87	2.319,27	800,95	-1.518,32	-65,47%
Coimas e Penalidades por contra ordenações	14.388,70	5.958,03	8.422,20	6.278,34	-2.143,86	-25,45%
Multas e Penalidades Diversas	420,33	2.220,40	168,62	308,00	139,38	82,66%
4. Rendimentos de propriedades	1.013.395,53	1.019.324,27	1.152.679,76	1.107.113,70	-45.566,06	-3,95%
Bancos e Outras Instituições financeiras	7.871,60	521,77	1.095,77	436,41	-659,36	-60,17%
Empresas Munic. e Inter./ Empresas Públicas	2.103,71	1.765,61	12.964,26	20.401,13	7.436,87	57,36%
Terrenos/ Edifícios	2.955,41	1.130,00	0,00	4.164,37	4.164,37	
Bens de Domínio Público	519.902,00	514.013,39	586.074,78	569.038,58	-17.036,20	-2,91%
Outros	480.562,81	501.893,50	552.544,95	513.073,21	-39.471,74	-7,14%
5. Transferências Correntes	4.053.926,95	5.137.665,16	5.596.478,66	5.718.864,95	122.386,29	2,19%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.382.911,00	4.510.548,00	4.920.195,00	5.140.090,00	219.895,00	4,47%
Fundo Social Municipal	199.598,00	199.598,00	199.598,00	265.482,00	65.884,00	33,01%
Participação Variável no IRS	173.203,00	173.203,00	179.031,00	0,00	-179.031,00	-100,00%
Outras	0,00	65.884,00	82.920,11	17.036,11	-65.884,00	-79,45%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	63.715,95	1.329,60	1.992,32	33.913,26	31.920,94	1602,20%
Serviços e fundos autónomos	146.701,01	129.206,78	153.722,28	169.397,04	15.674,76	10,20%
Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famil.polit.act.EFP	58.591,97	37.468,61	48.775,72	62.213,85	13.438,13	27,55%
Segurança social	29.206,02	20.427,17	10.244,23	30.732,69	20.488,46	200,00%
6. Venda de Bens e Serviços Correntes	1.068.284,69	1.027.409,10	1.062.769,08	1.208.828,24	146.059,16	13,74%
Venda de Bens	456.047,36	388.206,68	411.160,48	455.663,11	44.502,63	10,82%
Venda de Serviços	556.137,36	590.922,57	602.079,07	673.241,57	71.162,50	11,82%
Rendas	56.099,97	48.279,85	49.529,53	79.923,56	30.394,03	61,37%
7. Outras Receltas Correntes	54.532,78	42.453,02	18.361,92	21.894,31	3.532,39	19,24%
Total	7.844.002,60	9.211.341,22	9.923.469,62	10.236.348,98	312.879,36	3,15%

No exercício de 2015, as receitas correntes cresceram 3,15% (mais 312.879,36€), comparativamente a 2014, sendo as variações mais significativas provenientes das transferências correntes, consequência do aumento do FEF, e da venda de bens e serviços correntes.

Os Impostos Diretos cobrados, no valor de 1.770.606,27€, totalizaram mais 68.002,51€ (+3,99%), este valor resulta exclusivamente do aumento do IMT (Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis).

De salientar que, com a publicação da nova Lei das Finanças Locais (Lei nº. 73/2013 de 3 de setembro), está prevista a redução gradual das taxas do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), com início em 2017 e que culminará com a extinção deste imposto em 1 de janeiro de 2019.

Os Impostos Indiretos são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas o saneamento das empresas.

No ano de 2015, os Impostos Indiretos cobrados totalizaram a importância de 87.379,19€ representando mais 21.709,20€ (33,06%) do que no ano anterior.

Por sua vez as Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram um decréscimo de 3.244,13€ (-1%), como resultado da diminuição da cobrança da rubrica de loteamentos e obras.

A rubrica Rendimentos de Propriedade totalizou a importância de 1.107.113,70€ (menos 45.566,06€ do que no período homólogo de 2014), tendo sido registado nesta rubrica, entre outras as seguintes receitas:

- A Renda relativa à concessão do património da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão;
- Rendas das Eólicas.

As Transferências Correntes ascenderam a 5.718.864,95€, apresentando um aumento no valor de 122.386,29€ (+2,19%), relativamente a 2014. Este aumento resulta essencialmente, como já anteriormente foi referido, do aumento das transferências do FEF.

Sobre as Transferências Correntes importa ainda referir que este agregado constitui igualmente uma receita importante, apresentando um peso de 56%, relativamente às receitas de natureza corrente e de 46%, em relação ao total da receita.

O valor contabilizado em Venda de Bens e Serviços Correntes totalizou a importância de 1.208.828,24€, tendo verificado um acréscimo de 13,74%. Para este valor contribuíram todas as rubricas deste agregado, em especial a venda serviços.

As Outras Receitas Correntes verificaram também um acréscimo no montante de 3.532,39€ (19,24%).

No total, a receita corrente cresceu 3,15%, relativamente ao ano de 2014, sendo a maior dos últimos 17 anos.

A receita de capital cobrada no exercício de 2015 totalizou o valor de 970.608,88€, a que corresponde uma diminuição de 20.873,73€ (-1,37%) face ao ano de 2014. As reduções ocorreram nas rubricas de venda de terrenos e edifícios, e nas outras receitas de capital.

RPM
\$
2015
2014
2013
2012
2011
2010
2009
2008
2007
2006
2005
2004
2003
2002
2001
2000
1999
1998
1997
1996
1995
1994
1993
1992
1991
1990
1989
1988
1987
1986
1985
1984
1983
1982
1981
1980
1979
1978
1977
1976
1975
1974
1973
1972
1971
1970
1969
1968
1967
1966
1965
1964
1963
1962
1961
1960
1959
1958
1957
1956
1955
1954
1953
1952
1951
1950
1949
1948
1947
1946
1945
1944
1943
1942
1941
1940
1939
1938
1937
1936
1935
1934
1933
1932
1931
1930
1929
1928
1927
1926
1925
1924
1923
1922
1921
1920
1919
1918
1917
1916
1915
1914
1913
1912
1911
1910
1909
1908
1907
1906
1905
1904
1903
1902
1901
1900

Evolução das Receitas de Capital cobradas no período de 2012 a 2015

Designação	2012	2013	2014	2015	Var 14/15	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Terrenos	0,00	64.331,10	87.056,00	0,00	-87.056,00	-100,00%
2. Edifícios	0,00	0,00	76.330,00	0,00	-76.330,00	-100,00%
3. Outros Bens de Investimento	0,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
3. Transferências de Capital	5.625.139,34	1.455.944,86	802.989,03	967.321,77	164.332,74	20,47%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.255.274,00	1.127.637,00	546.688,00	571.121,00	24.433,00	4,47%
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Estado-Particip.comunitária						
project.co-financiados	3.266.302,57	327.288,31	254.513,02	392.113,49	137.600,47	54,06%
Administração local	63.562,77	1.019,55	1.788,01	4.087,28	2.299,27	128,59%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4. Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
5. Outras receitas de capital	48.008,14	4.976,29	25.107,58	3.287,11	-21.820,47	-86,91%
Total	5.673.147,48	1.528.352,25	991.482,61	970.608,88	-20.873,73	-1,37%

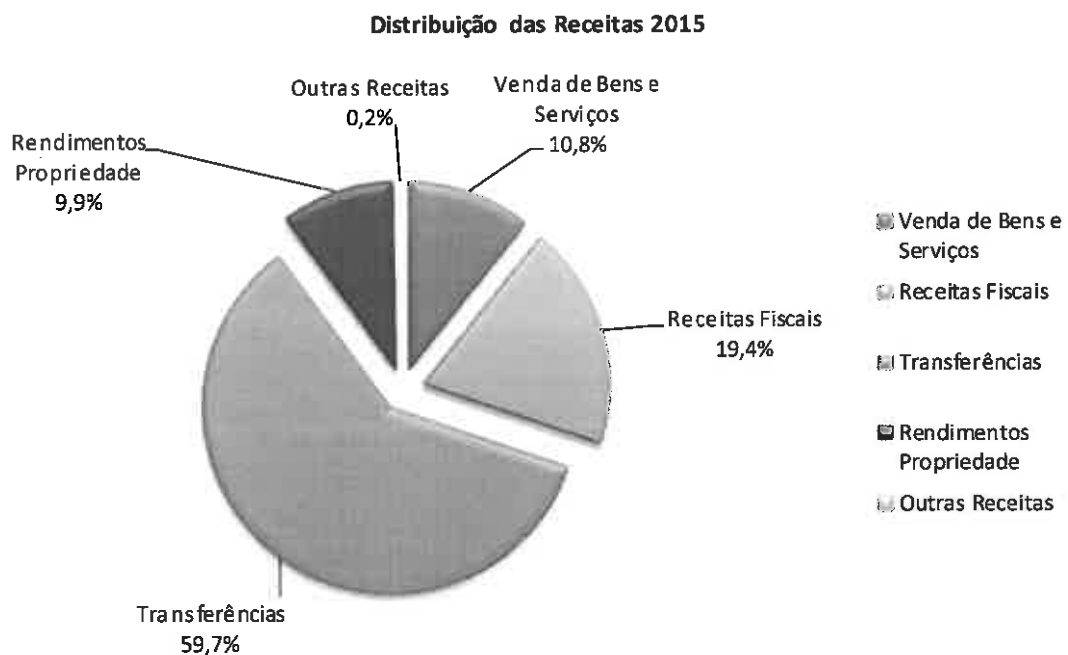
As Transferências de Capital totalizaram a importância de 967.321,77€, apresentando um aumento de 164.332,74€ (20,47%), face ao ano económico de 2014. Do total das Transferências de Capital, 571.121,00€ correspondem ao valor da Participação do Município nos Impostos do Estado. Os restantes 396.200,77€ dizem respeito a receitas provenientes das seguintes entidades:

- 68.630,83€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Ampliação e infraestruturas na Zona Industrial da Relvinha”;
- 5.696,01€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Implementação de pavimento em relva artificial do Campo Dr. Eduardo Ralha”;
- 1.716,70€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Melhoria da eficiência energética da IP no Concelho de Arganil”;
- 161.090,90€ da Agencia para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Requalificação Paço Grande”;
- 32.465,80€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: “Requalificação e ampliação do Antigo Quartel da GNR – Casa das Coletividades”;
- 8.149,68€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: “Quinta do Mosteiro – Proteção Contra Agentes Bióticos Nocivos”;

- 72.623,14€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: “Estabilização de emergência pós-incêndio – tratamento de caminhos e linhas de água- Salgueiral e Lomba”;
- 41.740,43€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: “Manutenção das galerias ripícolas – Ribeira da Mata da Margarça e Ribeira de Folques”;
- 4.087,28€ a título de comparticipação das Juntas de Freguesia na instalação de braços de iluminação pública (BIP’s).

As Outras receitas de Capital registaram um decréscimo de -86,91%, relativamente a 2014, valor pouco relativo em termos absoluto (-21.820,47).

O gráfico seguinte ilustra a distribuição das receitas no ano de 2015:



e pela negativa o Imposto Único de Circulação que verificou uma diminuição de 24.928,77€ (-10,61%), relativamente ao previsto.

Em termos de receitas correntes apenas as Rúbricas de Taxas, Vendas e Prestações de Serviços e as Outras Receitas Correntes registaram taxas de execução abaixo dos 100%.

Pela positiva destaca-se, pelo valor absoluto, a taxa de execução das Transferências Correntes (102,13%).

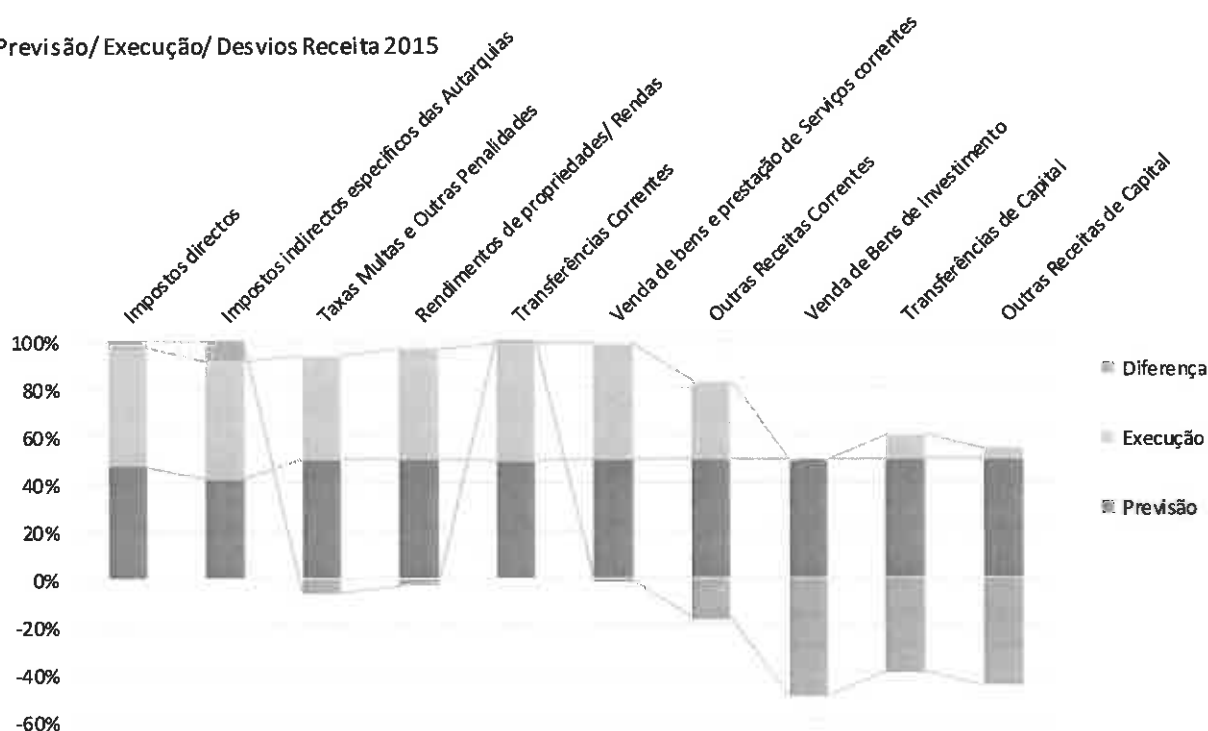
Quanto aos Rendimentos de Propriedade, cuja receita é constituída por: rendas de concessão, juros dos depósitos bancários, dividendos e rendas pagas pelos parques eólicos localizados dentro do perímetro do concelho de Arganil, sofreram em 2015 uma diminuição comparativamente a 2014. Em 2015 os Rendimentos de Propriedade representaram 8,9% de toda a receita arrecadada pelo Município de Arganil.

A Venda de Bens e Serviços registou uma execução na ordem dos 97%. Nesta rúbrica destaca-se o peso da Venda de água que representa 46% do total da rúbrica.

As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de apenas 19,78%, para esta situação contribuíram os seguintes fatores:

- O estado do mercado imobiliário, cuja situação de crise se manteve em 2015, dificultando a alienação de património municipal dispensável;
- A não concretização das transferências de capitais previstas, relativas a obras comparticipadas e Mecenato.

Previsão/ Execução/ Desvios Receita 2015



transita para o ano seguinte, e acresce ao do ano anterior, com a designação de Saldo da Gerência Anterior, podendo apenas ser contabilizado como receita orçamental, e consequentemente utilizado para liquidar despesa, no ano seguinte mediante a realização de uma revisão orçamental.

O Município de Arganil realizou em 2015, uma revisão orçamental com vista a poder utilizar a poupança orçamental acumulada (Saldo da Gerência Anterior), para realizar pagamentos e incorporar esse mesmo valor nos Fundos Disponíveis, que totalizava 1.186.783,15€, conforme consta nos documentos aprovados de Prestação de Contas do exercício de 2014. Esta Revisão Orçamental foi aprovada em 21 de abril de 2014 pela Câmara Municipal e em 25 de abril de 2015 pela Assembleia Municipal.

Evolução das Despesas Municipais pagas no período de 2012 a 2015

Designação	2012			2013			2014			2015			Var 2014/2015	
	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	%
Total da Despesa Corrente	7.196.003,05	100,00%	52,81%	7.280.083,85	100,00%	72,38%	7.744.409,68	100,00%	70,60%	7.571.554,13	100,00%	68,29%	-172.855,55	-2,23%
Pessoal	3.255.283,62	45,24%	23,89%	3.422.796,36	47,02%	34,03%	3.346.504,89	43,21%	30,51%	3.224.675,71	42,59%	29,09%	-121.829,18	-3,64%
Aquisição de Bens e Serviços	2.950.747,92	41,01%	21,66%	2.940.637,07	40,39%	29,24%	3.275.958,46	42,30%	29,87%	3.162.890,01	41,77%	28,53%	-113.068,45	-3,45%
Juros e Outros Encargos	171.906,91	2,39%	1,26%	92.457,50	1,27%	0,92%	107.397,75	1,39%	0,98%	59.393,09	0,78%	0,54%	-48.004,66	-44,70%
Transferências Correntes	457.669,78	6,36%	3,36%	525.787,11	7,22%	5,23%	671.495,72	8,67%	6,12%	717.960,12	9,48%	6,48%	46.464,40	6,92%
Outras Despesas Correntes	360.394,82	5,01%	2,64%	298.405,81	4,10%	2,97%	343.052,86	4,43%	3,13%	406.635,20	5,37%	3,67%	63.582,34	18,53%
Total da Despesa de Capital	6.429.743,58	100,00%	47,19%	2.777.506,62	100,00%	27,62%	3.224.460,30	100,00%	29,40%	3.515.447,83	100,00%	31,71%	290.987,53	9,02%
Aquisição de Bens de Capital	5.491.895,86	85,41%	40,31%	1.406.213,47	50,63%	13,98%	1.547.075,25	47,98%	14,10%	1.771.871,47	50,40%	15,98%	224.796,22	14,53%
Transferências de Capital	416.095,69	6,47%	3,05%	621.763,72	22,39%	6,18%	700.077,43	21,71%	6,38%	614.988,34	17,49%	5,55%	-85.089,09	-12,15%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	161.252,00	4,59%	1,45%	161.252,00	
Passivos Financeiros	521.752,03	8,11%	3,83%	749.529,43	26,99%	7,45%	977.307,62	30,31%	8,91%	967.336,02	27,52%	8,72%	-9.971,60	-1,02%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	
Total das Despesas	13.625.746,63			10.057.590,47			10.968.869,98			11.087.001,96			118.131,98	1,08%

RPP

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa corrente paga, no período de 2013 a 2015:

Evolução das Despesas Correntes Pagas no Período de 2013 a 2015

Designação	2013	2014	2015	Var. 14/15	Var. 14/15
				Valor	%
1. Despesas com Pessoal	3.422.796,36	3.346.504,89	3.224.675,71	-121.829,18	-3,64%
Remunerações certas e permanentes	2.667.212,34	2.514.209,88	2.371.727,68	-142.482,20	-5,67%
Abonos variáveis ou eventuais	88.205,38	76.614,21	154.176,05	77.561,84	101,24%
Segurança social	667.378,64	755.680,80	698.771,98	-56.908,82	-7,53%
2. Aquisição de Bens	524.189,62	561.391,92	526.424,27	-34.967,65	-6,23%
Matérias-primas e subsidiárias	16.370,01	32.586,43	32.242,39	-344,04	-1,06%
Combustíveis e lubrificantes	252.070,45	231.042,53	200.617,88	-30.424,65	-13,17%
Munições, explosivos e artificios	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Limpeza e higiene	8.373,06	10.667,07	8.595,77	-2.071,30	-19,42%
Alimentação-Refeições confeccionadas	121.233,53	111.272,07	135.106,67	23.834,60	21,42%
Alimentação-Géneros para confeccionar	503,12	1.339,93	1.816,94	477,01	35,60%
Vestuário e artigos pessoais	930,88	26.471,75	8.441,10	-18.030,65	-68,11%
Material de escritório	11.222,57	12.356,11	12.237,64	-118,47	-0,96%
Material de consumo clínico	73,49	506,35	1.353,69	847,34	167,34%
Material de transporte-Peças	33.942,25	57.081,68	43.476,70	-13.604,98	-23,83%
Material de consumo hoteleiro	1.626,21	899,42	1.341,86	442,44	49,19%
Outro material-Peças	11.585,53	22.934,92	29.317,12	6.382,20	27,83%
Prémios, condecorações e ofertas	7.750,28	5.644,47	7.544,97	1.900,50	33,67%
Ferramentas e utensílios	1.300,99	3.299,15	2.882,16	-416,99	-12,64%
Livros e documentação técnica	1.077,84	1.020,00	965,23	-54,77	-5,37%
Artigos honoríficos e de decoração	102,88	454,76	239,44	-215,32	-47,35%
Material de educação, cultura e recreio	6.286,20	9.229,50	9.986,85	757,35	8,21%
Outros bens	49.740,33	34.585,78	30.257,86	-4.327,92	-12,51%
3. Aquisição de Serviços	2.416.447,45	2.714.566,54	2.636.465,74	-78.100,80	-2,88%
Encargos das instalações	971.738,84	1.031.036,85	1.063.177,36	32.140,51	3,12%
Conservação de bens	33.645,76	39.230,33	36.005,66	-3.224,67	-8,22%
Comunicações	102.992,95	122.949,97	115.236,65	-7.713,32	-6,27%
Transportes	557.846,39	519.614,19	577.285,55	57.671,36	11,10%
Representação dos serviços	2.048,16	2.408,17	3.581,43	1.173,26	48,72%
Seguros	109.099,27	81.093,13	69.422,05	-11.671,08	-14,39%
Deslocações e estadas	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	27.847,20	52.330,98	47.316,87	-5.014,11	-9,58%
Formação	1.840,00	21.531,39	6.395,50	-15.135,89	-70,30%
Seminários, exposições e similares	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Publicidade	16.318,08	22.116,59	27.344,64	5.228,05	23,64%
Vigilância e segurança	3.684,24	3.348,14	3.605,12	256,98	7,68%
Assistência técnica	16.793,89	32.693,61	35.865,56	3.171,95	9,70%
Outros trabalhos especializados	372.993,62	481.140,95	434.063,92	-47.077,03	-9,78%
Serviços de saúde	5.476,58	4.733,94	4.187,75	-546,19	-11,54%
Encargos de cobrança de receitas	76.869,79	74.854,63	78.595,23	3.740,60	5,00%
Outros serviços	117.252,68	225.483,67	134.382,45	-91.101,22	-40,40%
4. Juros e Outros Encargos	92.457,50	107.397,75	59.393,09	-48.004,66	-44,70%
Empréstimos de médio e longo prazos	92.440,78	82.481,29	59.129,89	-23.351,40	-28,31%
Outros juros	16,72	24.916,46	263,20	-24.653,26	-98,94%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	-
5. Transferências Correntes	525.787,11	671.495,72	717.960,12	46.464,40	6,92%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	1.904,91	0,00	-1.904,91	-100,00%
Estado	5.628,00	5.460,00	5.700,00	240,00	4,40%
Freguesias	138.897,17	188.508,12	197.736,99	9.228,87	4,90%
Associações de municípios	4.756,00	8.717,39	8.717,39	0,00	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	311.972,73	352.837,14	366.838,00	14.000,86	3,97%
Famílias	64.533,21	114.068,16	138.967,74	24.899,58	21,83%
6. Outras Despesas Correntes	298.405,81	343.052,86	406.635,20	63.582,34	18,53%
Impostos e taxas	11.354,67	7.724,68	16.332,20	8.607,52	111,43%
Outras	287.051,14	335.328,18	390.303,00	54.974,82	16,39%
Total	7.280.083,85	7.744.409,68	7.571.554,13	-172.855,55	-2,23%

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das Despesas com o Pessoal, que representam 43% das despesas correntes pagas. Este agregado, em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços, representam 84% da despesa corrente paga.

No ano de 2015, as Despesas com o Pessoal totalizaram a importância de 3.224.675,71€, apresentando uma diminuição relativamente a 2014 de 121.829,18€ (-3,64%). Esta redução resultou sobretudo da diminuição dos montantes pagos a título de remunerações certas e permanentes (pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado).

O agregado dos abonos variáveis ou eventuais verificou um aumento resultado do valor pago a título de indemnizações por cessação de funções (ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo nas Autarquias Locais – Portaria 209/2014, de 13/10).

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior significado são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida como “ADSE”. Quanto a esta matéria, é de referir, que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas. A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuados em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município.

O agregado Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços registou uma diminuição, no valor de 113.068,45€. Esta diminuição decorre sobretudo da diminuição da rubrica de combustíveis dos outros trabalhos especializados e outros serviços.

Dos valores pagos nestas rubricas além dos já referidos rubricas destacam-se os encargos com instalações (eletricidade principalmente), comunicações e transportes.

Incluem-se também aqui os encargos da Autarquia com o fornecimento de refeições escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

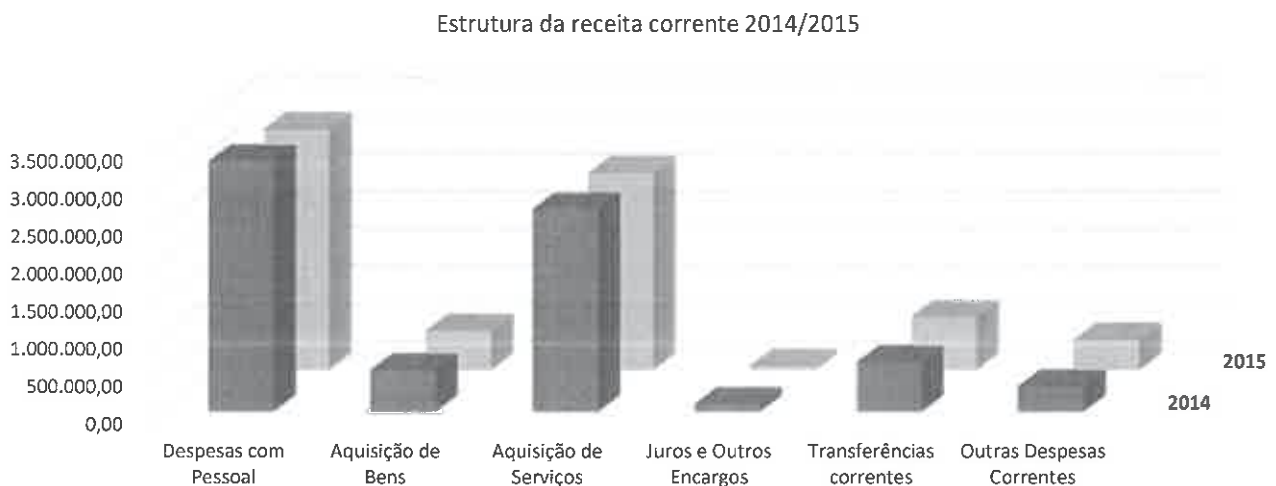
Nos Juros e Outros Encargos são contabilizados os juros dos empréstimos de médio e longo prazos e outros juros. No ano económico em apreço, foi registada uma redução neste agregado no valor de 48.004,66€ (-44,70%), relativamente a 2014.

As Transferências Correntes totalizaram mais 46.464,40€ (6,92%) do que no ano anterior.

Os valores registados nesta rubrica de Transferências Correntes englobam as transferências efetuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, Juntas de Freguesia, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

A rubrica “Outras Despesas Correntes” que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont’Alto, Feira das Freguesias, entre outras verificou um aumento de 18,53% relativamente ao ano de 2014.

O gráfico seguinte ilustra a estrutura da despesa corrente no ano de 2014 e 2015.



Como é possível verificar do gráfico supra a estrutura da despesa corrente manteve-se relativamente constante.

Da observação do Quadro seguinte, verifica-se que a despesa de capital paga registou um aumento em termos homólogos, de 290.087,53€ (9%).

Na Aquisição de Bens de capital as componentes de maior expressão são as inseridas na rúbrica Construções Diversas, e dentro destas a Viação Rural, onde estão inseridas as obras de infraestruturacão viária do concelho, e Viadutos Arruamentos e Obras Complementares, estão inseridas as obras da Requalificação do Largo do Cruzeiro e do Paço Grande.

Na rúbrica outros estão incluídas as obras: pavimentação das infraestruturas na Zona Industrial da Relvinha e a manutenção da Galerias Ripícolas.

As transferências de capital registaram uma diminuição relativamente a 2014, na ordem dos 12,15%.

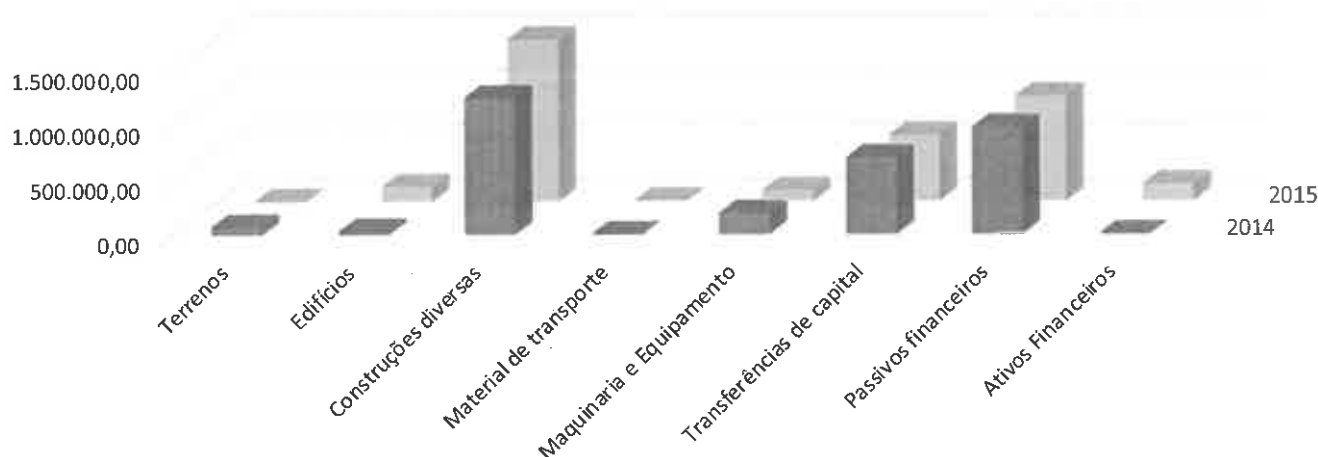
As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2015, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de 967.336,02€.

Evolução das Despesas de Capital Pagas no Período de 2013 a 2015

Designação	2013	2014	2015	Var. 14/15 Valor	Var. 14/15 %
1. Terrenos	23.677,00	72.500,00	12.132,50	-60.367,50	-83,27%
2. Edifícios	366.655,97	28.601,85	144.229,92	115.628,07	404,27%
Instalações de serviços	17.964,77	28.601,85	135.331,22	106.729,37	373,16%
Instalações desportivas e recreativas	288.013,83	0,00	6.598,91	6.598,91 -	
Escolas	60.677,37	0,00	2.299,79	2.299,79 -	
3. Construções diversas	874.397,03	1.250.731,80	1.488.421,76	237.689,96	19,00%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	87.445,08	216.495,76	283.965,67	67.469,91	31,16%
Sistemas de drenagem de águas residuais	26.262,39	16.380,03	33.795,53	17.415,50	106,32%
Estações de tratamento de águas residuais	82.361,86	192.469,66	96.305,92	-96.163,74	-49,96%
Iluminação pública	6.544,46	5.956,81	58.124,37	52.167,56	875,76%
Instalações desportivas e recreativas	145,83	608,85	3.137,00	2.528,15	415,23%
Captação e distribuição de água	28.305,67	35.658,56	47.959,69	12.301,13	34,50%
Viação rural	595.814,08	575.530,75	723.744,67	148.213,92	25,75%
Sinalização e trânsito	12.609,42	13.295,67	40.177,86	26.882,19	202,19%
Cemitérios	0,00	0,00	0,00	0,00 -	
Outros	34.908,24	194.335,71	201.211,05	6.875,34	3,54%
4. Material de transporte	0,00	3.285,82	17.841,94	14.556,12	443,00%
5. Maquinaria e Equipamento	141.483,47	191.955,78	108.345,35	-83.610,43	-43,56%
Equipamento/ Software informática	45.572,31	38.604,76	41.789,25	3.184,49	8,25%
Equipamento administrativo	16.317,82	78.302,45	2.856,93	-75.445,52	-96,35%
Equipamento básico	64.363,56	73.132,55	61.579,57	-11.552,98	-15,80%
Ferramentas e utensílios/ Artigos, Obj. valor	15.229,78	1.916,02	2.119,60	203,58	10,63%
6. Investimentos Incorpóreos	0,00	0,00	0,00	0,00 -	
7. Transferências de capital	621.763,72	700.077,43	614.988,34	-85.089,09	-12,15%
Freguesias	544.263,72	579.077,43	532.722,60	-46.354,83	-8,00%
Instituições sem fins lucrativos	77.500,00	121.000,00	82.265,74	-38.734,26	-32,01%
8. Passivos financeiros	749.529,43	977.307,62	967.336,02	-9.971,60	-1,02%
9. Ativos financeiros	0,00	0,00	161.252,00	161.252,00 -	
10. Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00 -	
Total	2.777.506,62	3.224.460,30	3.514.547,83	290.087,53	9,00%

O Gráfico seguinte ilustra a estrutura da despesa de capital nos anos 2014 e 2015.

Estrutura da despesa de capital 2014/2015



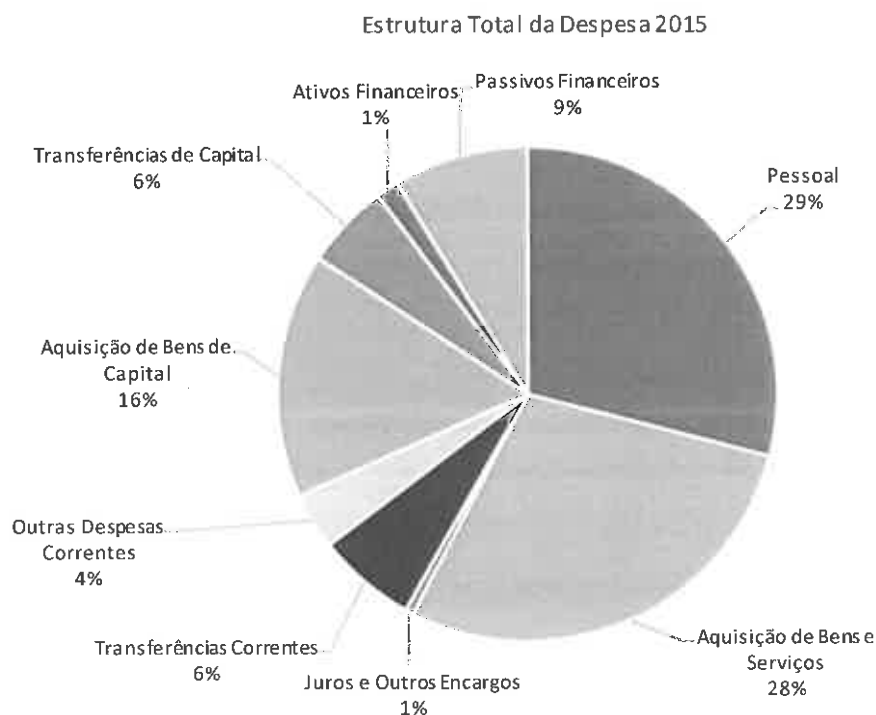
Na rubrica de transferências de capital, com um peso de 9% no total das despesas de capital e cujo valor verificou uma pequena diminuição relativamente ao período homólogo de 2014 estão incluídos os contratos programa, celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante pago de 411.918,51€ (317.919,24€ pago em 2015 os restantes 94.000,27€ pagos em anos anteriores), discriminado no seguinte quadro:

Contratos Programa a decorrer no ano de 2015

Entidade	Objeto	Valor Total	Valor Pago	Por finalizar em 31/12/2015
Freguesia de Arganil	Pavimentação e requalificação de rua no Vale Nicolau	9.126,60	9.126,60	0,00
	Obras de pavimentação de dois arruamentos na Vila de Arganil	25.000,00	12.500,00	12.500,00
	Construção de passeios no Maladão	13.250,00	6.625,00	6.625,00
União das Freguesias de Côja e Barril de Alva	Beneficiação da casa da criança de Coja	3.000,00	3.000,00	0,00
	Reparação da rua Luís Gouveia, no Barril de Alva. Execução de pavimento em asfalto betuminoso na rua que liga o Mercado Velho à Coutada, regularização de pavimento em cubo de granito na zona do Mercado Velho e execução de pavimento em asfalto betuminoso na rua que liga Outeiro às Covadas de Baixo. Execução de muro de suporte na estrada do Vale do Carro/ Esculca.	22.909,25	11.454,63	11.454,62
	Trabalhos de silvicultura	2.637,61	2.637,61	0,00
	Pavimentação da ligação Bairro das Penedas às Corgas do Pisão, FAVA e reparação do açude da Praia Fluvial do Caneiro	16.300,00	16.300,00	0,00
	Reparação do relógio da Torre da Paz, construção de muro de suporte de terras do logradouro da escola para alargamento da via pública e a execução de pavimento em xisto em frente ao imóvel dos sanitários da Fraga da Pena	10.000,00	10.000,00	0,00
Freguesia da Benfelta	Criação de solução de estacionamento na aldeia do xisto da benfelta	20.000,00	10.000,00	10.000,00
	Aquisição de equipamento para proceder à silvicultura preventiva	5.000,00	5.000,00	0,00
	Construção de zona de lazer e represa do Vale da Madeira - 1ª fase	9.689,16	4.844,58	4.844,58
Freguesia de Celavisa	Construção de zona de lazer e represa do Vale da Madeira - 2ª fase	9.689,16	4.844,58	4.844,58
	Construção de zona de lazer e represa do Vale da Madeira - 3ª fase	16.790,91	8.395,45	8.395,46
	Requalificação do Largo Tenente Falcão-1ª Fase	6.540,58	3.270,29	3.270,29
União das Freguesias de Cepos e Teixeira	Requalificação do Largo Tenente Falcão-2ª Fase	6.540,58	1.308,12	5.232,46
	Remodelação da rede de abastecimento de água de Água d'Alte, construção de depósito de água de 60000 L (Água d'Alte)	17.500,00	8.750,00	8.750,00
	Construção de garagem para apoio da junta de freguesia	16.000,00	16.000,00	0,00
	Remodelação da rede de águas de Casal Novo e repavimentação das ruas, reconstrução de um caneiro na Teixeira e beneficiação da Rua da Fonte (Cepos)	13.250,00	13.250,00	0,00
	Requalificação de rua na localidade de Relvas	13.125,00	6.562,50	6.562,50
	Aquisição de equipamento para proceder à silvicultura preventiva	5.000,00	5.000,00	0,00
	Remodelação da rede de abastecimento de água (Casal Novo)	17.500,00	8.750,00	8.750,00
União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	Requalificação de espaço adjacente à sede da União de freguesias - 1.ª fase	20.000,00	20.000,00	0,00
	Trabalhos de silvicultura	3.147,07	3.147,07	0,00
	Beneficiação da rua principal de Casarias	6.310,17	6.310,17	0,00
Freguesia de Folques	Instalação de vedação no largo principal de Salgueiro	4.000,00	1.000,00	3.000,00
	Construção de passeios pedonais, arrelvamento e sistema de rega e vedação na envolvente ao parque de lazer da Ponte Nova	9.865,95	4.932,98	4.932,97
	Construção de passeios pedonais, arrelvamento e sistema de rega e vedação na envolvente ao parque de lazer da Ponte Nova - 2ª fase	9.865,95	4.932,98	4.932,97
	Remodelação de alcatrão e construção de calçada entre a rua José Simões Gouveia e o largo da capela das almas em Folques	8.963,36	4.481,68	4.481,68
	Construção de muro de suporte à estrada do Bocado	11.335,38	5.667,69	5.667,69
	Calcetamento da rua de Cima e rua de Santiago em Póvoa de Folques	11.426,80	5.713,40	5.713,40
Freguesia de Piódão	Trabalhos de silvicultura	3.087,50	3.087,50	0,00
	Restauro da piscina natural do Piódão	4.028,00	4.028,00	0,00
Freguesia de Pomares	Requalificação do edifício da junta de freguesia e construção de muro de suporte junto à ribeira	8.500,00	4.250,00	4.250,00
	Levantamento de pontão de ferro junto ao campo de futebol e instalação de vedação em madeira tratada desde a bilheteira do parque desportivo até à ponte sobre a ribeira	2648,94	2.648,94	0,00
	Requalificação da calçada das lameiras às casas cimeiras (calcetamento) e alargamento da cozinha do bar do parque de merendas	8.480,00	4.240,00	4.240,00
	Beneficiação da praia fluvial e calcetamento de rua, em Sobral Gordo	11.275,00	5.637,50	5.637,50
Freguesia de Pombeiro da Beira	Calcetamento das ruas do Setado, Eira do Lagar e travessa do Barreiro (Roda Vale Dlogo)	28.502,23	28.502,23	0,00
	Trabalhos de silvicultura	4.930,00	4.930,00	0,00
	Calcetamento das ruas do Cabeço e do caminho da Moenda (Vale do Maladão)	13.175,97	13.175,97	0,00
Freguesia de S.M. Cortiça	Renovação e instalação de sinalética em toda a freguesia, instalação de guardas proteção em Saíl e Urqueira e construção de muro de contenção de terras na rua Portal da Eira (Fronhas)	17.938,94	17.938,94	0,00
	Trabalhos de silvicultura	3.470,00	3.470,00	0,00
	Espaço do cidadão e revestimento de 135 m de valeta na fonte das Pombeiras	13.866,83	13.866,83	0,00
Freguesia de Sarzedo	Calcetamento de Rua de acesso à Igreja - 1.ª Fase	12.759,75	6.379,88	6.379,87
	Calcetamento de Rua de acesso à Igreja - 2.ª Fase	12.759,75	2.551,95	10.207,80
	Construção de museu	4478,78	4478,78	0,00
	Construção de museu- 2.ª fase	10195,91	10195,91	0,00
	Trabalhos de silvicultura	1031,9	1031,9	0,00
	Aquisição de casa, com varanda antiga, para ampliação da Casa Museu	5.250,00	5.250,00	0,00
Freguesia de Secarias	Requalificação da praia fluvial da Cascalheira	6.500,00	1.625,00	4.875,00
	Requalificação do largo Antonino dos Santos - 3.ª fase	7.500,00	7.500,00	0,00
União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	Requalificação do largo das Eiras	14.787,00	14.787,00	0,00
	Reparação do caminho do Giesteiro (Vinhó)	7.685,00	7.685,00	0,00
	Reparação do largo da igreja matriz	13.197,00	13.197,00	0,00
	Trabalhos de silvicultura	1.000,00	1.000,00	0,00
	Requalificação do Largo das Eiras (Anseriz) - 2ª Fase	13.309,71	6.654,85	6.654,86
Total		574.121,74	411.918,51	162.203,23

No total a despesa paga em 2015 apresenta a seguinte estrutura:

Estrutura da Despesa Paga- 2015		
Classificação da Despesa	Execução	%
Despesas Correntes		
Total de 2015		
Pessoal	3.224.675,71	29,09%
Aquisição de Bens e Serviços	3.162.890,01	28,53%
Juros e Outros Encargos	59.393,09	0,54%
Transferências Correntes	717.960,12	6,48%
Outras Despesas Correntes	406.635,20	3,67%
Total Despesas Correntes	7.571.554,13	68,29%
Despesas de Capital		
Aquisição de Bens de Capital	1.771.871,47	15,98%
Transferências de Capital	614.988,34	5,55%
Passivos Financeiros	161.252,00	1,45%
Ativos Financeiros	967.336,02	8,72%
Outras Despesas Capital	0,00	0,00%
Total Despesas de Capital	3.515.447,83	31,71%
Total das Despesas	11.087.001,96	100,00%



Do quadro anterior destaca-se o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.

RPAS
 [Handwritten signatures and initials]

Execução Orçamental Despesa

O orçamento final da despesa de 2015 ascendeu a 16.275.513,00€, dos quais 9.019.487,00€ são afetos a despesas correntes (55%) e 7.256.026,00€ (45%) a despesas de capital.

A análise da sua execução permite verificar que as despesas totais ascenderam a 11.087.001,96€, sendo 7.571.554,13€ (68,29%) despesas de natureza corrente e 3.515.447,83€ (31,72%) despesas de capital, o que se traduz num desvio de 5.188.511,04€, relativamente ao valor orçamentado e num índice de pagamento de 68,12%.

As despesas correntes contribuíram mais para o grau de execução das despesas totais, com uma taxa de 83,95%, do que as despesas de capital, as quais se situaram num índice de 48,45%.

Mapa resumo da execução orçamental da despesa

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Desvio	Execução
Despesa corrente	9.019.487,00	7.571.554,13	-1.447.932,87	83,95%
Despesa capital	7.256.026,00	3.515.447,83	-3.740.578,17	48,45%
Total	16.275.513,00	11.087.001,96	-5.188.511,04	68,12%

O quadro seguinte apresenta a evolução dos índices de pagamento da despesa, no período de 2003 a 2015.

Grau de Execução Orçamental da Despesa

Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesa Corrente	77,90%	74,27%	68,29%	84,86%	93,80%	89,02%	80,26%	92,82%	87,57%	86,48%	84,99%	88,61%	83,95%
Despesa de Capital	40,70%	36,08%	41,61%	72,63%	50,96%	40,19%	44,78%	50,44%	62,44%	68,52%	42,68%	52,83%	48,45%
Despesa Total	53,82%	53,37%	54,24%	77,72%	72,23%	59,62%	59,20%	67,81%	73,94%	76,96%	66,72%	73,90%	68,12%

Do quadro anterior podemos aferir que a taxa de execução da despesa de 2015 foi mais baixa do que a verificada em 2014.

Os Quadros a seguir apresentados, comparam os valores previstos, com os valores pagos da Despesa.

Como tem acontecido em todos os anos, atendendo à respetiva natureza, o agregado despesas com Pessoal apresentou um índice de execução elevado (90,77%).

Da leitura dos Quadros verifica-se que em termos correntes a Aquisição de Bens e Serviços apresenta, em termos absolutos, o maior desvio relativamente ao valor orçamentado (-1.001.109,99€).

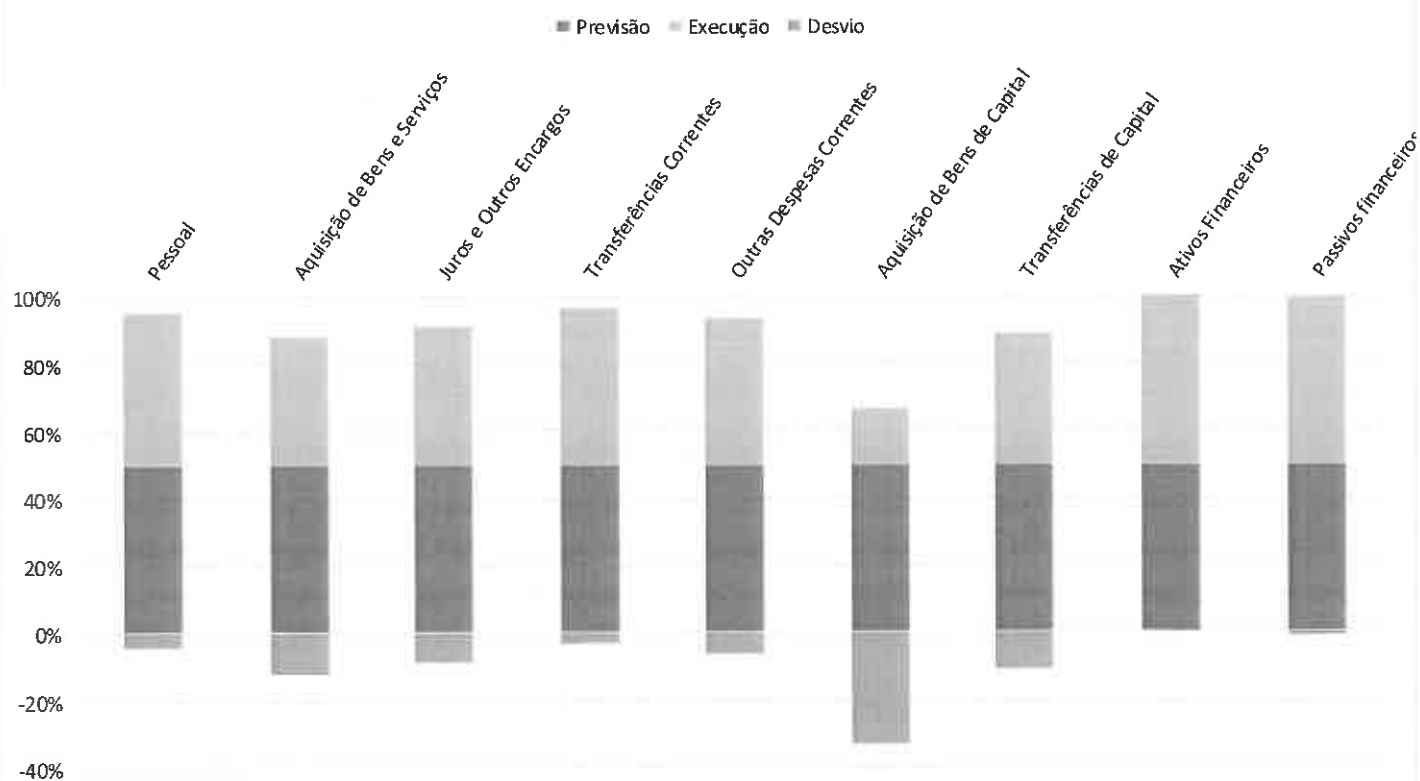
No que respeita às despesas de capital, verifica-se que o respetivo valor pago totalizou menos 3.740.578,17€, do que a previsão final corrigida, para o que, à semelhança de anos anteriores, muito contribuiu o diferencial registado na componente Aquisição de Bens de Capital.

Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projetos nomeadamente: Requalificação da EB1 do Sarzedo, ETAR's/ Estações Elevatórias do Concelho, Museu Internacional do Rally e várias beneficiações de ligações rodoviárias, como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

Execução Orçamental da Despesa 2015

	Inicial	Orçamento Final	Variação	Valor Executado	Desvio	%
Despesa						
01 - Despesas com pessoal	3.859.087,00	3.552.687,00	306.400,00	3.224.675,71	-328.011,29	90,77%
02 - Aquisição de bens e serviços	4.063.100,00	4.164.000,00	-100.900,00	3.162.890,01	-1.001.109,99	75,96%
03 - Juros e outros encargos	86.000,00	72.000,00	14.000,00	59.393,09	-12.606,91	82,49%
04 - Transferências correntes	594.300,00	767.100,00	-172.800,00	717.960,12	-49.139,88	93,59%
06 - Outras despesas correntes	417.000,00	463.700,00	-46.700,00	406.635,20	-57.064,80	87,69%
Total das despesas correntes	9.019.487,00	9.019.487,00	0,00	7.571.554,13	-1.447.932,87	83,95%
07 - Aquisição de bens de capital	5.528.400,00	5.331.774,00	196.626,00	1.771.871,47	-3.559.902,53	33,23%
08 - Transferências de capital	677.000,00	793.000,00	-116.000,00	614.988,34	-178.011,66	77,55%
09 - Activos financeiros	80.626,00	161.252,00	-80.626,00	161.252,00	0,00	100,00%
10 - Passivos financeiros	970.000,00	970.000,00	0,00	967.336,02	-2.663,98	99,73%
Total das despesas de capital	7.256.026,00	7.256.026,00	0,00	3.515.447,83	-3.740.578,17	48,45%
Total da Despesa	16.275.513,00	16.275.513,00	0,00	11.087.001,96	-5.188.511,04	68,12%

Previsão/ execução e desvio despesas 2015



RPAS
F B
2
B
12
S
S

Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2015, estimaram-se inicialmente em 10.535.426,00€, sendo o montante corrigido em 31 de Dezembro de 10.838.026,00€.

Apresentaram uma execução financeira de 56,88%, sendo que, 31,77% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 83,49% às Atividades Mais Relevantes (AMR).

O quadro seguinte mostra de forma resumida esta situação:

Grau de Execução das GOP's

Designação	Montante previsto	Montante Corrigido	Montante Executado	Nível de Execução
Plano Plurianual de Investimentos	5.773.000,00	5.576.374,00	1.771.871,47	31,77%
Actividades Mais Relevantes	4.762.426,00	5.261.652,00	4.393.061,10	83,49%
Total	10.535.426,00	10.838.026,00	6.164.932,57	56,88%

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projetos:

Projectos das GOP's

Designação	Realizado e pago em Anos Anteriores	Realizado em 2015 mais valores realizados em anos anteriores e não pagos	Realizado Total	Pago em 2015	Pago Total
Projectos do PPI					
Requalificação do Paço Grande	143.449,25	72.572,56	216.021,81	71.572,56	215.021,81
Casa das Coletividades	24.358,67	107.779,56	132.138,23	107.779,56	132.138,23
Acesso ao Parque do Prado	0,00	117.606,37	117.606,37	117.606,37	117.606,37
Requalificação Rede Viária Municipal	3.303.982,61	370.800,94	3.674.783,55	370.800,94	3.674.783,55
Requalificação de Acessibilidades no Concelho 2012/2013	90.875,11	247.988,30	338.863,41	247.988,30	338.863,41
ETAR's/ Estações elevatórias do Concelho	277.233,31	96.305,92	373.539,23	96.305,92	373.539,23
Sub- Total	3.839.898,95	1.013.053,65	4.852.952,60	1.012.053,65	4.851.952,60
Projectos das AMR's					
Fornecimento de energia elétrica	995.196,19	1.054.785,41	2.049.981,60	1.016.171,28	2.011.367,47
Transportes escolares		603.709,06	603.709,06	553.454,20	553.454,20
Fornecimento de refeições 1.º CEB e Pré-Escolar		136.587,43	136.587,43	127.172,55	127.172,55
Custos Funcionamento das Águas do Mondego		211.919,61	211.919,61	199.400,93	199.400,93
Custos Funcionamento da ERSUC		130.040,80	130.040,80	119.002,18	119.002,18
Apoio ao Associativismo		113.050,00	113.050,00	113.050,00	113.050,00
Transferências para as Freguesias		730.459,59	730.459,59	730.459,59	730.459,59
Sub-Total	0,00	3.141.960,85	4.137.157,04	3.018.437,13	4.013.633,32
Total	3.839.898,95	4.155.014,50	8.990.109,64	4.030.490,78	8.865.585,92

Das obras acima referidas importa destacar, pela sua importância em termos financeiros e pelos valores pagos em 2015:

- Requalificação do Paço Grande cuja obra encontra concluída final de 2015 (taxa de execução do ano de 92,95%);

- Os Transportes Escolares, projeto das AMR's, cujo valor de execução se cifrou nos 89,70 %;
- As Transferências para as Freguesias, integradas nas Atividades Mais Relevantes, onde estão incluídos a Delegação de Competências, os Contratos Programa e as Transferências Correntes.

A execução global de 2015 ficou abaixo da verificada nos últimos cinco anos.

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

Despesa com o Pessoal

No que concerne aos limites com despesas com pessoa, os mesmos estão definidos no artigo 62.º da Lei de Orçamento de Estado para 2015.

Dispõe o n.º 2 deste artigo que, considerando que o Município de Arganil não se encontra em qualquer das situações referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art. 58ª da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais), ou seja cumpre os limites da dívida, em 2015 as entidades da administração local ficam impedidas de aumentar a despesa com o pessoal (relativamente a 2014).

O n.º 5 do mesmo artigo refere as exceções ao cálculo daquele valor, sendo elas:

- a) *Decisão legislativa ou judicial;*
- b) *Assunção pelo município de pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local;*
- c) *Assunção de despesas com pessoal que decorram dos respetivos processos de dissolução e da internalização das atividades do município;* d) *Assunção de despesas no âmbito do atendimento digital assistido.*

No quadro seguinte verificamos que o limite foi cumprido existindo ainda margem para o aumento das despesas com pessoal no valor de 138.421,51€:

	2014	2015	Diferença
Despesas com pessoal	3.346.504,89	3.224.675,71	-121.829,18
Exceções ao abrigo da alínea a), n.º 5 artigo 62º da LEO 2015			-16.592,33
Total			-138.421,51

O n.º 5 do art. 78º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de atualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

RPAS

Considerando o limite imposto pela LEO para 2015 e considerando que uma gestão eficiente dos recursos aconselha a contenção dos custos, no ano de 2015 verificou-se um esforço de contenção de despesas com o pessoal.

Os gastos com Pessoal correspondem a 29,09% da Despesa Global do Município, mantendo-se em níveis em que não representam um constrangimento para a execução dos restantes compromissos da despesa.

Como supra referido no ano de 2015 verificou-se um decréscimo da despesa com o pessoal. Esta situação deve-se sobretudo aos seguintes fatores:

- Diminuição dos montantes pagos a título de remunerações certas e permanentes, consequência da saída de colaboradores quer em mobilidade, quer por reforma, quer por rescisão por mútuo acordo;
- Término de contratos a termo;
- Diminuição dos montantes pagos por conta da Caixa Geral de Aposentações e Taxa Social Única.

As Remunerações Certas são o grupo com maior relevância no total das despesas com Pessoal (73,55%), e verificaram relativamente a 2014 um decréscimo de 5,67%.

Deste grupo destaca-se a diminuição da rubrica pessoal aguardando aposentação que reflete as aposentações verificadas durante o ano de 2014.

Do agregado Abonos Variáveis fazem parte as despesas com: as senhas de presença dos eleitos, o trabalho suplementar bem como outros abonos aos funcionários. Neste capítulo todas as rubricas registaram uma diminuição comparativamente a 2014, exceto a rubrica de indemnizações por cessação de funções (ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo nas Autarquias Locais – Portaria 209/2014, de 13/10).

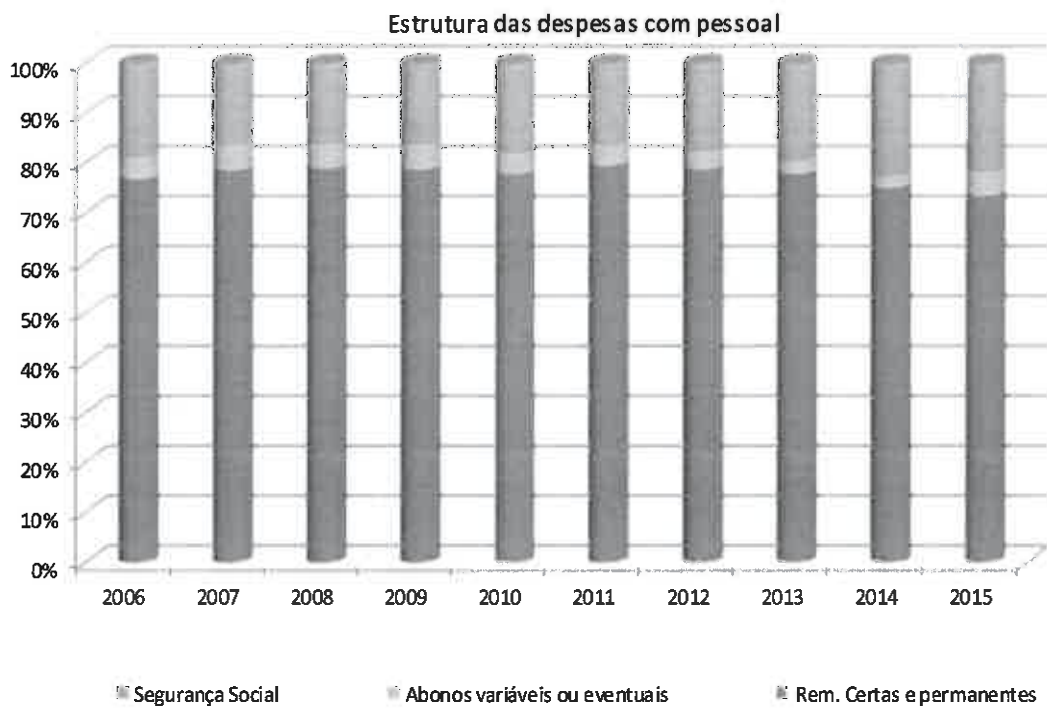
Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão de Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários.

As reduções nestas rubricas estão diretamente relacionadas com as reduções nas rubricas das remunerações certas e permanentes.

No que respeita aos custos suportados com a saúde é de referir, que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuadas em estabelecimentos pertencentes

ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município. No ano de 2015 o montante pago a este título totalizou os 61.112,06€, registado na rubrica “Encargos com a Saúde”.



RPAS
F/PD
A
S
J
C
J

Do gráfico anterior verifica-se que a estrutura das despesas com pessoal tem-se mantido relativamente constante ao longo dos 10 anos evidenciados.

Evolução das Despesas com Pessoal

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Estru. %	Var. %
Rem. Certas e permanentes								
Rem. órgãos autárquicos	235.062,07	135.699,00	140.845,48	143.343,83	153.602,03	168.317,52	5,22%	9,58%
Rem. pessoal do quadro	1.694.891,52	1.692.628,79	1.734.006,70	1.735.424,04	1.608.615,90	1.497.757,21	46,45%	-6,89%
Rem. pessoal reg. contrato ind. trabalho	233.396,41	248.153,58	221.475,81	141.332,08	83.122,28	59.901,00	1,86%	-27,94%
Rem. pessoal contratado a termo	13.023,00	9.963,00	13.284,00	13.572,85	13.284,00	12.177,00	0,38%	-8,33%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0,00	0,00	0,00	2.767,86	33.483,99	9.688,51	0,30%	-71,07%
Pessoal aguardando aposentação	96.762,38	89.121,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Pessoal qualquer outra sit.	24.797,04	16.780,32	16.683,00	18.963,64	28.825,95	29.002,46	0,90%	0,61%
Representação	238.154,35	228.001,53	210.528,08	206.668,00	185.447,01	176.658,44	5,48%	-4,74%
Subsídio de alimentação	373.991,78	375.838,05	183.256,22	357.310,24	351.376,89	327.821,33	10,17%	-6,70%
Subsídio de férias e de natal	79.424,80	71.208,90	46.625,60	47.829,80	56.451,83	90.404,21	2,80%	60,14%
Rem. por doença maternidade/ paternidade	2.989.503,35	2.867.394,92	2.566.704,89	2.667.212,34	2.514.209,88	2.371.727,68	73,55%	-5,67%
Sub-total								
Abonos variáveis ou eventuais								
Gratificações var/eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Horas extraordinárias	77.908,27	62.052,98	47.845,60	41.786,92	33.416,01	32.756,57	1,02%	-1,97%
Ajudas de custo	46.633,55	34.675,80	31.484,04	13.490,67	12.266,69	10.757,57	0,33%	-12,30%
Abono para falhas	4.392,87	20.282,56	8.060,44	9.774,10	9.444,37	8.084,49	0,25%	-14,40%
Subsídio trabalho noturno	4.709,03	6.020,01	5.154,69	5.108,02	3.978,98	3.935,93	0,12%	-1,08%
Subsídio de turno	7.374,09	7.422,25	6.154,76	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Indemnizações por cessação de funções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Outros suplementos/ prémios	18.955,68	17.547,74	17.791,55	18.045,67	17.508,16	15.351,58	0,48%	-12,32%
Sub-total	159.973,49	148.001,34	116.491,08	88.205,38	76.614,21	154.176,05	4,78%	101,24%
Segurança Social								
Encargos com a saúde	31.546,01	69.919,00	79.234,89	74.340,99	69.918,51	61.112,06	1,90%	-12,60%
Outros enc. com a saúde	35.326,90	26.772,18	28.385,15	25.044,26	23.474,46	32.953,13	1,02%	40,38%
Sub. familiar a crianças e jovens	7.912,40	6.389,05	20.820,63	25.582,55	23.300,98	20.345,97	0,63%	-12,68%
Outras Prest. Familiares	149.934,43	18.380,43	11.436,86	6.050,00	2.363,70	1.401,16	0,04%	-40,72%
ADSE	280.331,26	270.069,02	256.412,42	348.462,21	436.745,81	381.073,08	11,82%	-12,75%
Segurança social dos funcionários públicos	159.306,67	147.646,38	139.062,51	155.623,59	151.655,51	137.632,68	4,27%	-9,25%
Segurança soc. regime geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Outras pensões	23.120,88	23.951,60	27.603,62	17.604,95	27.018,89	18.099,89	0,56%	-33,01%
Seguros	687.478,55	589.666,02	572.087,65	667.378,64	755.680,80	698.771,98	21,67%	-7,53%
Sub-total	3.836.955,39	3.605.062,28	3.255.283,62	3.422.796,36	3.346.504,89	3.224.675,71	100,00%	-3,64%

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas totais, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas totais baixou relativamente a 2014.

Despesa Pessoal / Despesa Total

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas com Pessoal	3.267.732	3.495.495	3.666.294	3.571.172	3.671.250	3.718.988	3.836.955	3.605.062	3.255.284	3.422.796	3.346.505	3.224.676
Despesas Totais	9.492.720	10.415.543	15.270.439	10.668.446	12.248.382	12.627.764	14.380.457	13.241.108	13.625.747	10.057.590	10.968.870	11.087.002
Desp. Pessoal/ Totais	34,42%	33,56%	24,01%	33,47%	29,97%	29,45%	26,68%	27,23%	23,89%	34,03%	30,51%	29,09%

Neste capítulo, importa referir a despesa relacionada com o pessoal afeto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

N.º Funcionários da Câmara Municipal afectos às Juntas de Freguesia

Freguesia	N.º de Funcionários	Valor
Arganil	0	0,00
Benfeita	2	16.165,09
Celavisa	2	17.886,52
Folques	1	8.450,00
Plódão	3	30.394,43
Pomares	2	16.375,54
Pombeiro Beira	3	27.326,43
S.Mart.Cortiça	0	0,00
Sarzedo	0	0,00
Secarias	0	0,00
União Freguesias de Cepos Teixeira	3	26.981,95
União Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	2	17.800,32
União Freguesias de Coja e Barril de Alva	2	15.178,05
União Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	2	13.328,80
Total	22	189.887,13

Refere-se ainda que, a título de Adenda aos Contratos de Delegação de Competências foram transferidos os seguintes valores:

- União de Freguesias de Coja e Barril de Alva – 29.656,08€;
- União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz- 9.885,36€;
- União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra – 2.334,04€;
- União de Freguesias de Cepos e Teixeira – 4.118,90€;
- Freguesia S. Martinho da Cortiça – 29.656,08€;
- Freguesia Folques – 9.885,36€;
- Freguesia da Benfeita – 9.885,36€;

- Freguesia do Sarzedo – 19.770,72€;
- Freguesia das Secárias – 9.885,36€;
- Freguesia de Pomares – 9.885,36€;
- Freguesia de Arganil – 9.885,36€

Num total de 144.847,98€.

Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (F.S.M.), introduzido pela primeira vez em 2007, consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

Para o ano de 2015 a Lei de Orçamento de Estado dispõe no n.º 4 do artigo 87º que “No ano de 2015, o montante do FSM indicado na alínea b) do n.º 1 destina-se exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelos municípios no domínio da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a distribuir de acordo com os indicadores identificados na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e dos transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico conforme previsto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, a distribuir conforme o ano anterior.”

Deste modo, e nos termos das regras em vigor do F.S.M. para 2015, o Município de Arganil esteve obrigado a realizar pagamentos na área da Educação no montante mínimo de 265.482,00€ (valor definido na Lei 82- B/2014, de 31 de dezembro, Orçamento de Estado para 2015), sob pena de lhe virem a ser subtraídas nas transferências de 2015 os valores em falta.

A Despesa Municipal com Educação enquadrável nas regras definidas em 2015 para o Fundo Social Municipal atingiu um total de 715.513,75€, existindo uma insuficiência das transferências do exterior para comparticipar estes encargos de 207.198,24€.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2015 relativos ao funcionamento do 1.º CEB, Pré – Escolar e transportes escolares 3.º ciclo:

FSM 2015					
Despesas com Educação	Despesa Municipal	Financiamento			Despesa Suportada pelo Município
		Comparticipação Estado	Protocolos com a DGEstE	Famílias	
Transportes Escolares	300.824,93				
Refeições Escolares	131.945,90				
Prolongamento horário	20.790,20	265.482,00	169.397,04	73.436,47	207.198,24
Pessoal Auxiliar	193.532,48				
Outras Despesas de Fun. Corrente	68.420,24				
Total	715.513,75	265.482,00	169.397,04	73.436,47	207.198,24

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um *deficit* de 29%, que é diretamente comparticipado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de 207 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação do 1.º CEB, Pré-Escolar e transportes escolares do 3.º ciclo.

RPAS
B
AS
SD
22
John

A autarquia de Arganil atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência. Estes apoios concretizam-se em atribuição de auxílios económicos através da aquisição de livros escolares, reduções e isenções nas refeições escolares e prolongamento de horário. O valor da aquisição de livros escolares, não considerado no quadro acima, totalizou a importância de 5.381,01€.

Relativamente a este assunto é ainda de destacar que foi aprovado em reunião de Câmara, de 15 de Junho de 2008, a isenção de custos de transportes escolares todos os alunos residentes no concelho de Arganil.

RPAS
\$ B
2
AS

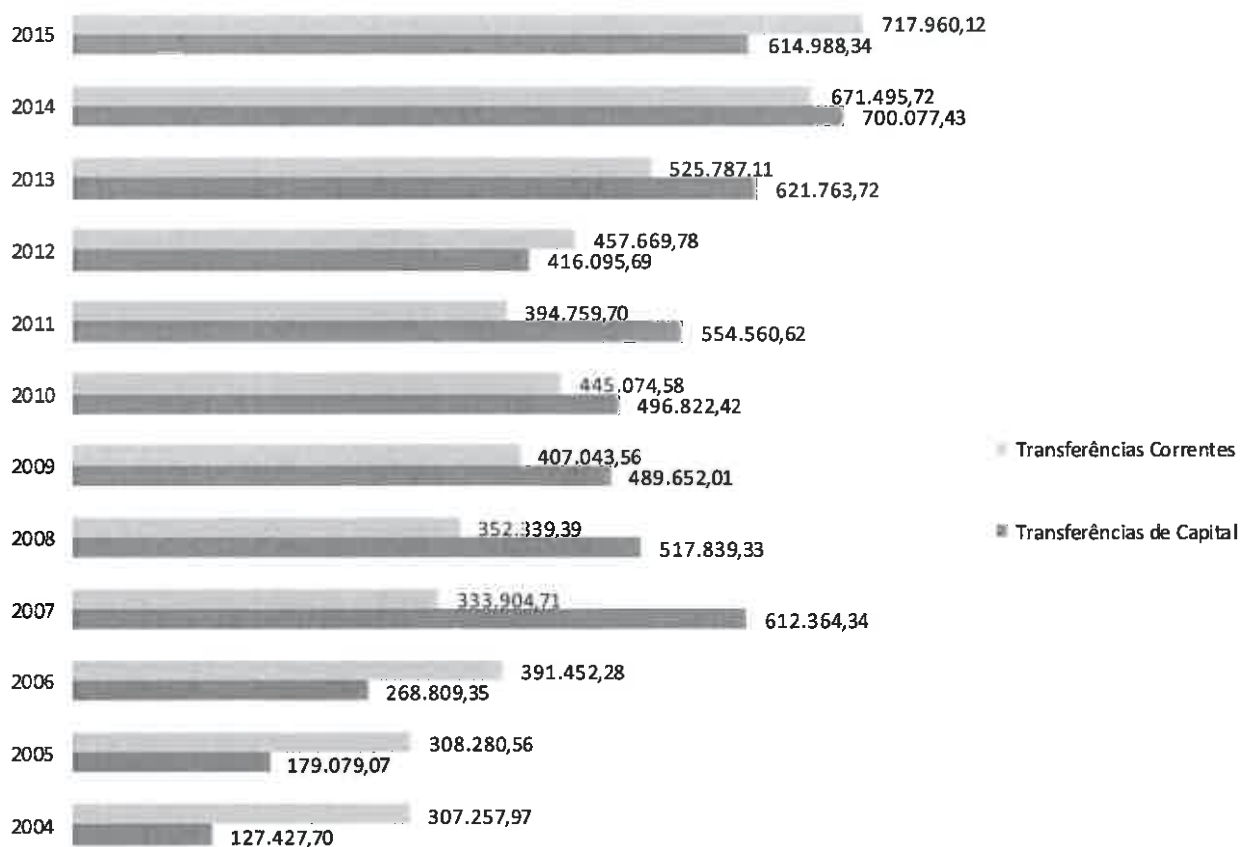
Transferências Correntes e de Capital

Os apoios financeiros constituem uma importante fonte de despesa autárquica, deste modo analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos dez anos.

Evolução das Transferências Correntes e de Capital

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Transferências Correntes	308.280,56	391.452,28	333.904,71	352.339,39	407.043,56	445.074,58	394.759,70	457.669,78	525.787,11	671.495,72	717.960,12
Transferências de Capital	179.079,07	268.809,35	612.364,34	517.839,33	489.652,01	496.822,42	554.560,62	416.095,69	621.763,72	700.077,43	614.988,34

SD



Handwritten signature and initials in blue ink.

Do gráfico e quadro acima podemos verificar que em 2015 que as transferências correntes verificaram o maior valor de sempre.

Esta situação ocorre como consequência do aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, através de adendas aos contratos de delegação de competências e contratos programa, e para as Instituições Sem Fins Lucrativos.

Das Transferências correntes destacam-se os valores transferidos: para o apoio ao associativismo que representa 15,75% das mesmas e para as Juntas de Freguesia com 27,54%.

As Transferências para as Freguesias, no âmbito dos Contratos e Acordos de Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados representam 86,62% das transferências de capital.

Do valor das transferências de capital para Instituições sem Fins Lucrativos destacam-se os valores transferidos para os Bombeiros Voluntários do Concelho, de Arganil e Coja e para a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Coja.

Montantes Recebidos pelas Juntas de Freguesia

No quadro seguinte evidencia-se o montante total recebido por cada uma das Freguesias do Concelho, quer de forma direta – transferência, quer de forma indireta – pessoal ao serviço da Freguesia pago pela Câmara Municipal:

Montantes Recebidos direta e indiretamente pelas Juntas de Freguesia

Freguesia	Delegação de Competências	Adendas aos contratos de Delegação Comp.	Contratos Programa	Outros Apoios	Pessoal	Total
Arganil	25.000,00	9.885,36	23.688,30		0,00	58.573,66
Benfeita	11.042,45	13.725,78	17.429,25		16.165,09	58.362,57
Celavisa	8.000,00		8.395,45		17.886,52	34.281,97
Folques	9.854,33	9.885,36	15.862,77		8.450,00	44.052,46
Piódão	12.176,71		7.115,50		30.394,43	49.686,64
Pomares	15.119,84	9.885,36	11.201,97		16.375,54	52.582,71
Pombeiro Beira	18.675,41	21.723,48	46.608,20		27.326,43	114.333,52
S.Mart.Cortiça	21.587,28	53.964,17	35.275,77		0,00	110.827,22
Sarzedo	11.702,82	19.770,72	18.717,20	6.857,44	0,00	57.048,18
Secarias	8.000,00	9.885,36	3.750,00		0,00	21.635,36
União Freg. de Cepos Teixeira	12.642,80	4.118,90	34.937,50		26.981,95	78.681,15
União Freg. de Cerdeira e Moura da Serra	10.915,70	8.033,15	29.457,24		17.800,32	66.206,41
União Freg. de Coja e Barril de Alva	22.235,15	29.656,08	33.392,24		15.178,05	100.461,52
União Freg. de Vila Cova de Alva e Anseriz	18.311,34	9.885,36	32.087,85		13.328,80	73.613,35
Total	205.263,83	200.419,08	317.919,24	6.857,44	189.887,13	920.346,72

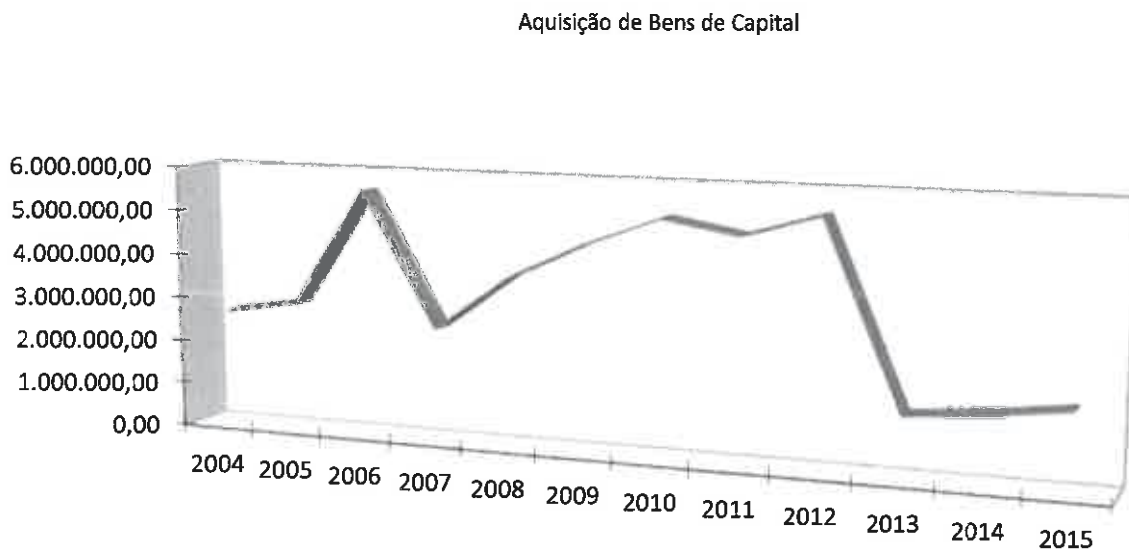
Do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

- O valor do pessoal afeto às Juntas de Freguesia representa 5,89% do pessoal total do Município;
- O valor dos contratos programa refere-se apenas ao valor pago;
- Os valores pagos à Freguesia de S. Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira relativos às adendas à Delegação de Competências no âmbito da drenagem de águas residuais totalizaram:
 - S. Martinho da Cortiça – 24.308,09€;
 - Pombeiro da Beira – 21.723,48€.

Aquisição de Bens de Capital

No quadro seguinte podemos ver a evolução das despesas de capital nos últimos onze anos.

Aquisição de Bens de Capital	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Aquisição de Bens de Capital	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49	4.641.643,16	5.283.902,18	4.984.118,23	5.491.895,86	1.406.213,47	1.547.075,25	1.771.871,47



Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, verificaram uma pequena subida relativamente ao ano de 2011 e 2014, sem contudo atingir os valores de anos anteriores. A justificação desta situação prende-se com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que condicionou muito a atuação do Município nas suas opções de despesa.

Destaca-se que das despesas de capital ficaram por pagar apenas 21.877,43€, pelo que a menor execução destas despesas se deve à sua não realização.

Refira-se, ainda, que a rubrica “Aquisição de bens de Capital” representa 15,98% das Despesas Totais.

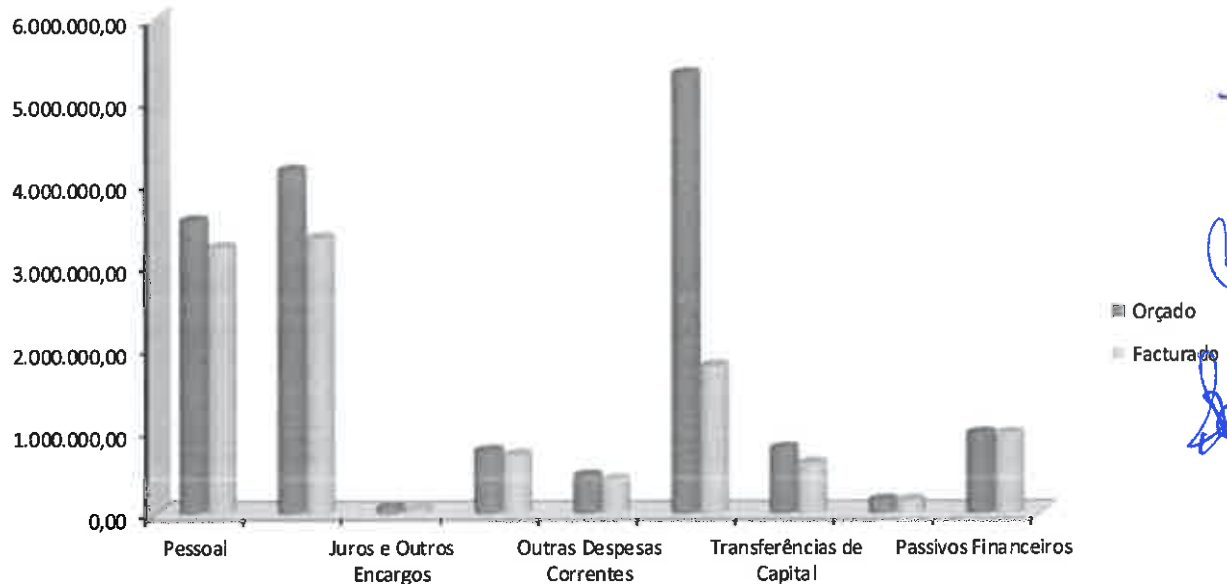
Análise da Despesa Facturada

Orçamental	2012			2013			2014			2015		
	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %
Despesas Correntes												
Pessoal	3.375.255,00	3.285.552,81	97,34%	3.534.251,00	3.465.909,28	98,07%	3.391.018,00	3.346.971,63	98,70%	3.552.687,00	3.230.342,46	90,93%
Aquisição de Bens e Serviços	3.803.850,00	3.237.310,02	85,11%	3.852.202,00	3.162.583,58	82,10%	4.128.000,00	3.444.869,04	83,45%	4.164.000,00	3.345.624,88	80,35%
Juros e Outros Encargos	187.500,00	171.923,63	91,69%	157.000,00	92.457,50	58,89%	116.000,00	107.397,75	92,58%	72.000,00	59.393,09	82,49%
Transferências Correntes	531.200,00	458.669,78	86,35%	597.300,00	532.958,76	89,23%	703.300,00	671.495,72	95,48%	767.100,00	718.610,91	93,68%
Outras Despesas Correntes	423.000,00	371.070,40	87,72%	425.000,00	309.024,72	72,71%	401.500,00	349.856,84	87,14%	463.700,00	415.830,07	89,68%
Total Despesas Correntes	8.320.805,00	7.524.526,64	90,43%	8.565.753,00	7.562.933,84	88,29%	8.739.818,00	7.920.590,98	90,63%	9.019.487,00	7.769.801,41	86,14%
Despesas de Capital												
Aquisição de Bens de Capital	8.229.396,00	5.840.772,04	70,97%	5.052.000,00	1.492.669,37	29,55%	4.265.400,00	1.584.828,60	37,16%	5.331.774,00	1.793.748,90	33,64%
Transferências de Capital	623.900,00	431.095,69	69,10%	706.000,00	631.763,72	89,48%	858.000,00	700.077,43	81,59%	793.000,00	614.988,34	77,55%
Activos Financeiros	0,00	-	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	161.252,00	161.252,00	100,00%
Passivos Financeiros	525.000,00	521.752,03	99,38%	750.000,00	749.529,43	99,94%	980.000,00	977.307,62	99,73%	970.000,00	967.336,02	99,73%
Outras Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Total Despesas de Capital	9.383.296,00	6.793.619,76	72,40%	6.508.000,00	2.873.962,52	44,16%	6.103.400,00	3.262.213,65	53,45%	7.256.026,00	3.537.325,26	48,75%
Total das Despesas	17.704.101,00	14.318.146,40	80,87%	15.073.753,00	10.436.896,36	69,24%	14.843.218,00	11.182.804,63	75,34%	16.275.513,00	11.307.126,67	69,47%

Quadro Evolutivo da Despesa

	2011	2012	Var%	2013	Var%	2014	Var%	2015	Var%
Orçamentado	17.907.889,00	17.704.101,00	-1,14%	15.073.753,00	-14,86%	14.843.218,00	-1,53%	16.275.513,00	9,65%
Cabimentado	16.199.268,26	15.445.478,09	-4,65%	11.569.226,29	-25,10%	12.364.331,00	6,87%	12.387.787,36	0,19%
Facturado	14.453.252,81	14.318.146,40	-0,93%	10.436.896,36	-27,11%	11.182.804,63	7,15%	11.307.126,67	1,11%
Executado	13.241.108,35	13.625.746,63	2,90%	10.057.590,47	-26,19%	10.968.869,98	9,06%	11.087.001,96	1,08%

Despesas Orçamentadas/ Facturadas 2015



Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa em 2015

Designação	Orçamentada	Comprometida do exercício	Realizada	Paga	Realizado e não pago	Comprometido por realizar
1. Despesas Correntes	9.019.487,00	8.225.059,42	7.769.801,41	7.571.554,13	198.247,28	455.258,01
1.1 Pessoal	3.552.687,00	3.279.869,17	3.230.342,46	3.224.675,71	5.666,75	49.526,71
1.3 Aquisição de Bens	735.800,00	649.103,77	560.671,19	526.424,27	34.246,92	88.432,58
1.2 Aquisição de Serviços	3.428.200,00	3.075.665,43	2.784.953,69	2.636.465,74	148.487,95	290.711,74
1.4 Juros e Outros Encargos	72.000,00	60.231,05	59.393,09	59.393,09	0,00	837,96
1.5 Transferências Correntes	767.100,00	733.111,89	718.610,91	717.960,12	650,79	14.500,98
1.6 Outras Despesas Correntes	463.700,00	427.078,11	415.830,07	406.635,20	9.194,87	11.248,04
2. Despesas de Capital	7.256.026,00	4.063.382,57	3.537.325,26	3.515.447,83	21.877,43	526.056,89
2.1 Terrenos Habitações e Edifícios	1.117.650,00	297.125,08	161.512,72	156.362,42	5.150,30	135.612,36
2.2 Construções Diversas	3.308.000,00	1.704.731,41	1.502.383,18	1.488.421,76	13.961,42	202.348,23
2.3 Material de Transporte	108.500,00	20.350,65	20.350,65	17.841,94	2.508,71	0,00
2.4 Equipamento e Software Informático	240.374,00	45.195,51	42.946,25	42.689,25	257,00	2.249,26
2.5 Equipamento Básico e Administrativo	520.250,00	80.157,74	64.436,50	64.436,50	0,00	15.721,24
2.6 Outros Investimentos	37.000,00	10.042,17	2.119,60	2.119,60	0,00	7.922,57
2.7 Transferências de Capital	793.000,00	777.191,57	614.988,34	614.988,34	0,00	162.203,23
2.8 Ativos Financeiros	161.252,00	161.252,00	161.252,00	161.252,00	0,00	0,00
2.9 Passivos Financeiros	970.000,00	967.336,44	967.336,02	967.336,02	0,00	0,42
Total de Despesas (1+2)	16.275.513,00	12.288.441,99	11.307.126,67	11.087.001,96	220.124,71	981.314,90

Dos quadros e gráfico acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor da despesa faturada totalizou a importância de 11.307.126,67€, representando mais 124.322,04€ do que no ano de 2014;
 - O valor da despesa faturada por liquidar em 2015, que transitou para o exercício de 2016, foi de 220.124,71€;
 - O valor das despesas correntes cabimentadas, comprometidas e faturadas ficou próximo do valor previsto;
 - O valor dos encargos comprometidos no ano de 2015, nos termos das respetivas contratualizações e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da atividade correspondente ascendeu a 981.314,90€;
 - A taxa de execução das despesas realizadas foi:
 - Despesas correntes – 86,14%
 - Despesas de capital – 48,75%
- Valores estes superiores à execução medida com base nas despesas efetivamente pagas.

4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Do resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência de 2015 verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 11.933.811,85€. Deste montante, 11.265.366,30€ são provenientes de receitas orçamentais e 668.445,55€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 11.757.398,56€, repartidas pelas despesas orçamentais (11.087.001,96€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (670.396,60€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2014, no valor total de 1.568.203,40€, o saldo a transitar para o ano económico de 2016, será de 1.744.616,69€ Este saldo da gerência de 2015 decompõe-se em 1.365.147,49€, como saldo de operações orçamentais, e em 379.469,20€, como saldo de operações de tesouraria.

Saldo de Gerência

	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria
Saldo da gerência anterior (2014)	1.186.783,15	381.420,25
2015		
Receitas	11.265.366,30	668.445,55
Despesas	11.087.001,96	670.396,60
Saldo para gerência seguinte	1.365.147,49	379.469,20

RPAS
 \$
 7
 AB
 SZ
 +
 [Signature]
 [Signature]

4.5 Indicadores Económico - Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das atividades levadas a efeito pela Autarquia.

Indicadores Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Impostos Directos/ Receitas Correntes	12,95%	14,37%	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%	14,35%	15,35%	17,29%	16,83%	17,51%	17,16%	17,30%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	7,66%	10,90%	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%	10,13%	10,22%	11,59%	13,62%	11,15%	10,71%	11,81%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	67,38%	64,38%	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%	56,78%	58,61%	54,33%	51,68%	55,78%	56,40%	55,87%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	55,00%	57,00%	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%	63,77%	52,67%	59,78%	56,07%	82,38%	81,83%	82,34%
Receitas Capital/ Receitas Totais	45,00%	43,00%	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%	36,18%	47,29%	40,04%	40,55%	13,67%	8,18%	7,81%
Pessoal/ Despesas Correntes	55,74%	52,11%	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%	47,21%	46,12%	47,82%	45,24%	45,83%	43,22%	41,58%
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	28,88%	32,35%	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%	39,22%	40,85%	39,13%	41,01%	41,82%	43,49%	43,06%
Investimentos/ Despesas de Capital	90,00%	87,49%	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%	88,08%	85,14%	83,65%	85,41%	51,94%	48,58%	50,71%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	8,80%	9,75%	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%	6,18%	7,33%	7,68%	8,11%	26,08%	29,96%	27,35%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	46,00%	48,00%	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%	47,86%	53,62%	52,64%	52,81%	72,46%	70,83%	68,72%
Despesas Capital/ Despesas Totais	54,00%	52,00%	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%	52,14%	46,38%	47,36%	47,19%	27,54%	29,17%	31,28%
Pessoa/ Receitas Correntes	59,98%	56,29%	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%	47,39%	49,44%	49,85%	41,50%	37,63%	33,73%	31,56%
Fundos/ Despesas Totais	42,04%	42,32%	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%	39,35%	42,57%	43,78%	44,11%	57,59%	52,27%	52,86%
Amortizações+Juros/ Receitas Totais	7,84%	7,74%	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%	4,12%	4,38%	5,51%	4,96%	7,53%	8,74%	8,26%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	92,94%	92,56%	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%	99,63%	93,29%	102,01%	109,00%	121,80%	125,29%	131,75%
Receitas Capital/ Despesas Capital	93,62%	64,32%	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%	51,89%	96,85%	75,96%	88,23%	53,18%	30,39%	27,44%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas faturadas.

4.6 Endividamento

Em matéria de endividamento o ano de 2015 está sujeito ao previsto na Lei das Finanças Locais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a qual veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Assim, no que concerne à questão do endividamento, o n.º 1 do artigo 52.º do referido diploma legal estabelece que: “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”

O n.º 2 do mesmo artigo vem ainda esclarecer que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

De acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O artigo 56º da Lei supra referida vem estabelecer que:

- 1 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.
- 2 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.

Assim, considerando que a dívida total de operações orçamentais no período “n” corresponde ao total das dívidas de terceiros do balanço no período “n” (dívidas a terceiros de médio e longo prazo + dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do Município no período “n”), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria), evidencia-se no quadro seguinte o limite de endividamento para o ano de 2015, bem como a situação face ao mesmo limite:

RPK
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Endividamento e limite

Receita corrente líquida cobrada ano 2012		7.844.002,60
Receita corrente líquida cobrada ano 2013		9.211.341,22
Receita corrente líquida cobrada ano 2014		9.923.469,62
Média receita		8.992.937,81
Limite endividamento = 1,5 x média da receita	A	13.489.406,72
Endividamento Município Arganil 31-12-2014		5.890.437,01
Endividamento entidades participadas pelo Mun. Arganil 31-12-2014		84.937,04
Total endividamento 31-12-2014	B	5.975.374,05
Margem endividamento de acordo com a alínea b) do n.º 3 do art. 52º	C=(A-B)x20%	1.502.806,53
Limite endividamento a 31-12-2015	D=C+B	7.478.180,58
Valor dívida operações orçamentais em 31-12-2015	E	4.852.421,47
Valor dívida operações orçamentais das entidades participadas pelo Mun. Arg. Em 31-12-2015	F	47.759,79
Margem endividamento	D-E-F	2.577.999,33

Sobre o quadro supra refere-se que o Orçamento de Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total, pelo que, o total desse valor (403.130,17€) não está incluído no valor da dívida orçamental em 31-12-2015.

O montante em dívida das operações orçamentais das entidades participadas corresponde aos seguintes valores por entidade:

- AIRC – Associação Informática da Região Centro – 4.402,36€;
- ADESA – Serra do Açor - Associação de Desenvolvimento Regional – 40.970,06€;
- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – 290,81€;
- CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – 1.944,24€;
- WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA -152,32€.

Atendendo aos valores supra referidos podemos verificar que, em 31-12-2015, o Município de Arganil cumpre o novo limite, bem como existe larga margem até ao mesmo.

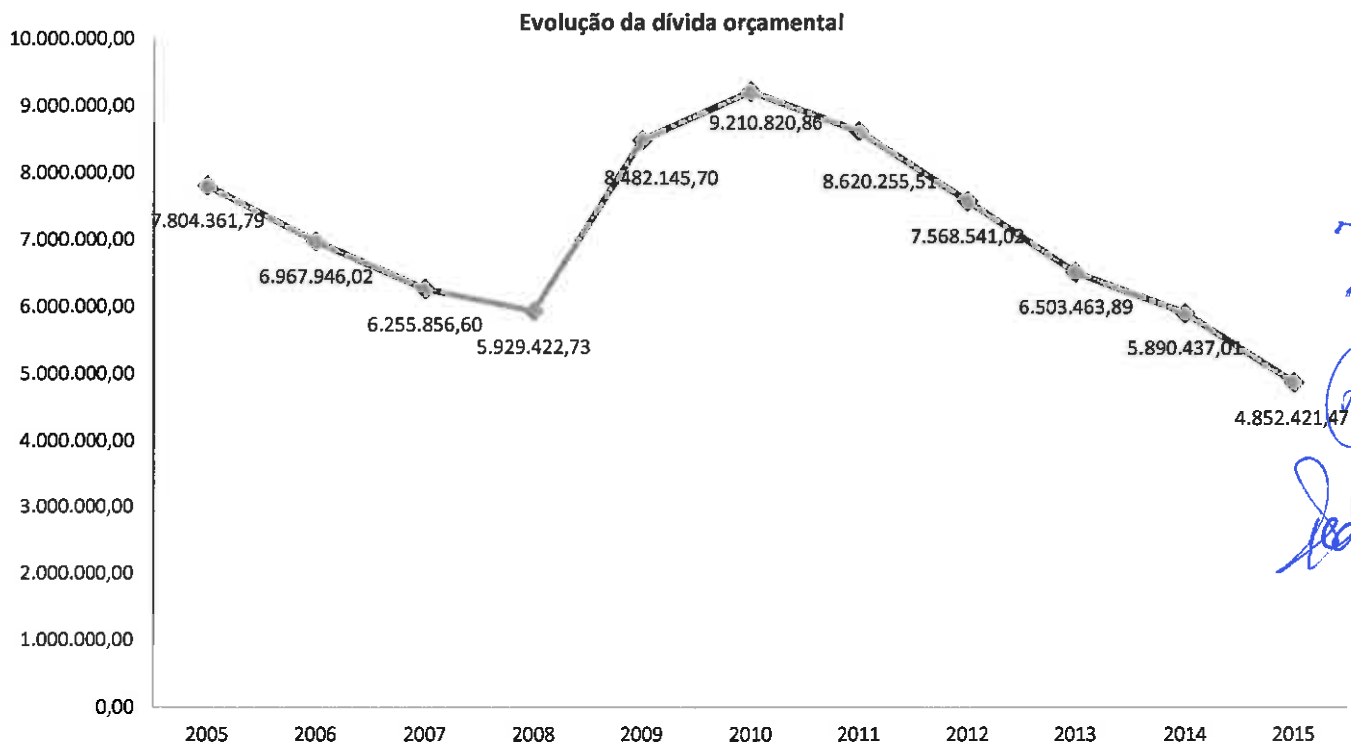
No quadro seguinte apresentamos a evolução da dívida orçamental nos últimos nove anos até ao período em análise:

Evolução da dívida orçamental

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida Orçamental	7.804.361,79	6.967.946,02	6.255.856,60	5.929.422,73	8.482.145,70	9.210.820,86	8.620.255,51	7.568.541,02	6.503.463,89	5.890.437,01	4.852.421,47

PPM
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Salienta-se que no valor de 2015 está incluído o valor da dívida à ADSE, gerado entre 1978 e 2005 e objeto de plano prestacional, no montante de 452.779,40€; durante o ano de 2015 foram pagos 30.000,00€, por conta do plano prestacional.



Da análise da informação anterior podemos concluir que o valor da dívida orçamental tem vindo progressivamente a diminuir desde de 2010.

Para melhor evidenciarmos esta situação efetuamos de seguida a análise do endividamento calculado de acordo com a fórmula utilizada até final de 2013, em que, "O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros".

Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2015

Evolução do endividamento líquido		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Var. %
Passivos Financeiros (1)													
Médio e Longo Prazos													
Empréstimos	2.431.029,38	5.479.540,72	4.902.342,21	4.360.353,85	3.819.949,93	7.394.365,04	6.872.613,01	6.123.083,19	5.145.775,96	4.178.439,95	3.214.220,07	-23,08%	
Forn. Sistema Locação Finan.	865.330,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Credores													
Curto Prazo													
Empréstimos	0,00	588.497,91	577.306,07	541.988,35	532.155,31	525.584,89	521.752,03	749.529,82	977.307,62	967.336,01	964.219,87	-0,32%	
Fornecedores (c/c e imobilizado)	4.177.197,71	747.521,28	647.678,02	968.270,01	3.980.366,89	1.079.291,13	1.116.939,87	648.473,70	320.446,34	219.254,10	218.882,17	-0,17%	
Estado e Outros Entes Públicos	37.656,15	36.575,76	41.327,38	36.567,11	37.059,87	59.215,22	55.863,53	34.021,57	49.331,15	40.909,11	18.307,63	-55,25%	
Administração Autárquica	46.571,47	15.651,48	97.236,70	24.434,36	22.041,11	50.835,25	38.914,37	15.705,20	14.719,00	18.793,92	0,00	-100,00%	
Outros Credores	628.928,51	518.818,39	365.361,55	363.262,30	418.780,31	449.001,36	449.201,60	398.413,97	424.836,47	445.133,33	363.652,63	-18,30%	
Acréscimos e Diferimentos*	364.998,54	348.208,89	417.287,79	402.794,96	421.521,51	447.233,22	292.457,05	307.538,13	415.483,06	390.299,15	405.493,62	3,89%	
Total Passivos Financeiros	8.551.712,19	7.734.814,43	7.048.539,72	6.697.670,94	9.231.874,93	10.005.526,11	9.347.741,46	8.276.765,58	7.347.899,60	7.226.701,14	6.040.685,56	-16,41%	
Ativos Financeiros (2)													
Caixa	2.252,30	19.953,72	7.402,66	1.577,74	8.186,85	2.118,57	2.665,30	3.397,93	2.212,48	3.130,44	4.035,13	28,90%	
Depósitos Instituições Financeiras	730.680,62	1.192.678,30	776.825,69	561.392,25	459.792,21	990.274,18	856.539,15	782.601,88	1.588.116,73	1.565.072,96	1.740.581,56	11,21%	
Clientes	56.589,23	62.164,12	26.963,97	24.639,23	37.052,56	25.268,12	41.137,43	138.589,85	213.807,06	178.495,18	201.454,87	12,86%	
Estado e Outros Entes Públicos	24.094,94	52.609,30	37.153,74	39.437,97	34.237,65	0,00	0,00	0,00	34.296,52	77.162,99	134.691,84	74,55%	
Outros Devedores	0,00	0,00	0,00	340.775,74	577.660,30	1.507.650,44	1.350.384,53	477.217,38	244.746,95	293,66	749,38	155,19%	
Acréscimos e Diferimentos	25.857,04	33.058,80	51.103,19	178.029,08	93.659,02	375.221,42	564.173,25	565.050,51	594.339,35	507.774,35	1.652.786,82	225,50%	
Investimentos Financeiros	238.356,95	238.356,95	238.356,95	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	795.257,15	0,00%	
Total dos Ativos Financeiros	1.077.831,08	1.598.821,19	1.137.806,20	1.376.725,99	1.441.463,57	3.131.407,71	3.045.774,64	2.197.732,53	2.908.394,07	3.127.186,73	4.529.556,75	44,84%	
Endividamento Líquido (1)-(2)	7.473.881,11	6.135.993,24	5.910.733,52	5.320.944,95	7.790.411,36	6.874.118,40	6.301.966,82	6.079.033,05	4.439.505,53	4.099.514,41	1.511.128,81	-63,14%	

Relativamente aos empréstimos analisamos de seguida a evolução do serviço da dívida:

Evolução dos Encargos do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo												
Descrição	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Amortização de Capital	532.155,31	86%	525.584,89	74%	521.752,04	76%	749.529,43	89%	977.307,62	92%	967.336,02	94%
Encargos Financeiros	84.218,05	14%	184.636,39	26%	166.144,94	24%	92.440,78	11%	82.481,29	8%	59.129,89	6%
Serviço da Dívida	616.373,36	100%	710.221,28	100%	687.896,98	100%	841.970,21	100%	1.059.788,91	100%	1.026.465,91	100%

O total do serviço da dívida em 2015 ascendeu a 1.026.465,91€.

No decurso do ano foram pagos juros, no montante de 59.129,89€, e foram efetuadas amortizações, no valor de 967.336,02€, as quais representam 94% do valor total do serviço da dívida.

Em 2015 os valores correspondem:

– Amortização de Capital:

- Empréstimo Médio Longo Prazo – 955.555,60€
- Empréstimos contraídos para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários – 11.780,42€;

– Encargos Financeiros:

- Juros Empréstimos Médio Longo Prazo – 58.910,48€
- Juros Empréstimos contraídos para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários – 219,32€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2015, o valor dos Empréstimos contraídos para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários ascendia a 17.328,54€.

RP
B
2
AS

No quadro seguinte apresentam-se as entidades participadas pelo Município de Arganil, em 31-12-2015, bem como a contribuição de cada uma para a dívida do Município:

Participações do Município de Arganil em 31-12-2015

Entidade Participada		Tipo de entidade	% da participação	Resultado Líquido antes de impostos em 31-12-2014	Contribuição para a dívida bruta do Município	Observações
Denominação	N.I.P.C.					
Águas do Centro Litoral, SA	513606131	Societária	0,47%	6.392.409,30	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro	503004405	Societária	0,64%	2.655.022,27	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	506053628	Societária	0,36%	-12.221,80	152,32	Contribui para a dívida bruta uma vez que não cumpre o disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M.	504475606	Societária	0,15%	60.270,39	0,00	Cumprido o disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
CoimbraVita - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	505073480	Societária	1,10%	0,00	0,00	Não existe qualquer informação financeira sobre esta entidade. Encontra-se em liquidação.
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	501378669	Não societária	2,49%	3.004.937,49	4.402,36	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ADESA - Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor	503508780	Não societária		188.238,00	40.970,06	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ANMP - Associação Nacional de Municípios	501627413	Não societária		111.658,90	290,81	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	508354617	Não societária		-89.344,43	1944,24	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto	507925270	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal	507709705	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Considerando os dados existentes à data da elaboração do presente relatório verifica-se que, as entidades participadas pelo Município de Arganil contribuem em 47.759,79€ para a dívida bruta do Município de Arganil.

4.7 Cumprimento do Artigo 98º da LEO 2015

Nos termos do número 4 do art.º 98º da Lei n.º 82- B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado de 2015) os Municípios estavam obrigados, no ano de 2015, a utilizarem o aumento de receita proveniente, quer do aumento das transferências do FEF e IRS (previstas no n.º 1 do art. 87.º da LEO para 2015), quer do aumento de IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, numa das seguintes modalidades:

- Capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto;
- Pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIAL a 30 de agosto de 2014;
- Redução do endividamento de médio e longo prazo do município.

No que respeita ao aumento das transferências do FEF e do IRS, importa referir que no ano de 2015 o Município de Arganil não recebeu qualquer montante a título de IRS, uma vez que abdicou desse valor.

Deste modo o valor líquido de aumento das transferências traduziu-se no valor de 65.297,00€.

Relativamente ao IMI e conforme comunicação, datada de 31 de julho de 2015, da Autoridade Tributária, o acréscimo de receita de IMI do Município de Arganil resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, alcançou os 111.625,26€.

Deste modo, a autarquia estava obrigada a aplicar numa das modalidades supra referidas o montante de 176.922,26€.

No quadro seguinte podemos visualizar o cumprimento do disposto no artigo 98º da LEO para 2015:

Cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 98.º da LEO/2015		
		Valor
Recebimentos		
Aumento das transferências FEF/IRS		65.297,00
Aumento IMI		111.625,26
Valor total aumento da receita consignada	A	176.922,26
Pagamentos		
FAM 2015		80.626,00
ADSE (dívida MLPrazo)		30.000,00
Antecipação FAM 2016		80.626,00
Valor total dos pagamentos consignados ao aumento da receita	B	191.252,00
Receita não justificada	A-B	-14.329,74

Para o cumprimento integral do disposto no artigo 98.º da LEO o Município de Arganil efetuou uma amortização extraordinária do FAM, tendo assim superado o valor que deveria ter consignado.

5. Balanço e Demonstração de Resultados

5.1 Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, é normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta de forma agrupada os ativos, os passivos e os fundos próprios.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município, totalizavam, em 31 de Dezembro de 2015, 53.913.805,27€.

Do quadro a seguir apresentado podemos verificar que a variação da estrutura do balanço de 2014 para 2015 (mais 0,79%).

Após o pico registado em 2012, em que se atingiram os valores mais altos dos últimos 5 anos, verifica-se uma quebra resultado em parte das amortizações.

A estrutura do Balanço, evidencia que o Ativo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Ativo (92,9%). Esta estrutura reflete o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua consequente materialização em bens duradouros.

O aumento do ativo circulante, onde estão registados um conjunto de dívidas de terceiros, nas quais se incluem as receitas liquidadas e não cobradas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, educação, entre outras, as matérias primas e os depósitos em instituições financeiras e caixa, deve-se sobretudo ao aumento dos depósitos financeiros e caixa.

O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do ativo, respeita a: acréscimo de proveitos – proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores; e custos diferidos – custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as despesas respetivas tenham ocorrido em 2015.

O aumento significativo desta rubrica, e como já foi referido anteriormente, resulta da contabilização como acréscimo de proveitos do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) de 2015 a receber apenas em 2016.

RPMS
AS
V
+
RPMS
RPMS

Os Fundos Próprios aumentaram 5,72% relativamente ao ano de 2014, são constituídos maioritariamente pelo Património e a sua variação resulta igualmente da correção relativa a exercícios anteriores (resultados transitados) do registo do IMI.

Assim o valor do Património respeita por um lado ao cumprimento do aprovado pela Assembleia Municipal, da aplicação do Resultado Líquido do Exercícios anteriores, e por outro a regularizações quer do Balanço Inicial, quer de exercícios anteriores;

O resultado líquido foi positivo no valor de 604.454,23€, registando um aumento relativamente a 2014 de 551.008,10€.

O Passivo do Município de Arganil é principalmente de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

É de salientar que estão refletidos no Passivo, tal como em Disponibilidades, 379.640,30€ de cauções retidas a terceiros e de operações de tesouraria.

A aplicação do Princípio da Especialização, de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os custos e proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados/recebidos em diferentes exercícios económicos.

Em relação aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito.

Enquanto tal, estes valores têm que estar refletidos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. Em suma, os 10.956.099,75€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, sendo 96% correspondentes ao diferimento de proveitos (comparticipações ao investimento), os quais serão amortizados de acordo com a vida útil dos respetivos bens, e os restantes 4% referem-se à previsão de diversos custos respeitantes a 2015, que à data de 31-12-2015 não se encontravam registados na contabilidade.

Conclui-se que ao respeitar o Princípio Contabilístico do Acréscimo, o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

No passivo o valor dos empréstimos de médio e longo teve uma redução que se traduz no montante transferido para curto prazo, respeitante às amortizações de capital com exigibilidade de curto prazo.

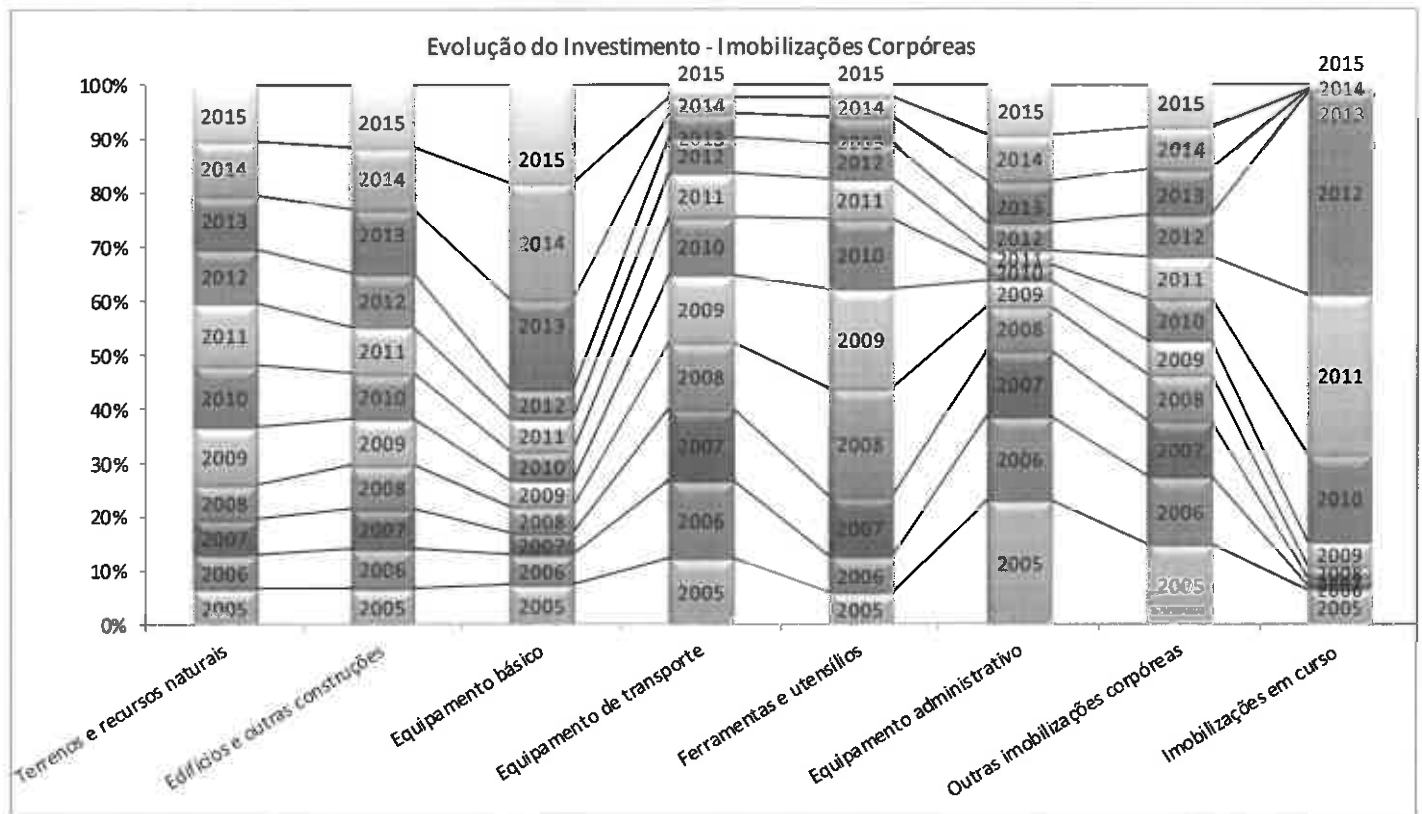
O valor, de outros credores, considerado em dívidas de 3.ºs de médio e longo prazo respeitam ao plano de pagamentos da ADSE e ao já anteriormente referido da contabilização da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal.



Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia

Designação	2012		2013		2014		2015		Variação 15/14	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Imobilizado	53.769.508,58	96,35%	52.098.858,58	94,98%	51.096.157,63	95,52%	50.106.103,97	92,94%	-990.053,66	-1,94%
1.1 Bens do Domínio Público	24.223.149,78	43,41%	23.621.073,27	43,06%	22.968.310,01	42,94%	22.568.913,14	41,86%	-399.396,87	-1,74%
1.2 Imobilizações Incorpóreas	190.434,58	0,34%	242.963,04	0,44%	156.330,13	0,29%	103.645,49	0,19%	-52.684,64	-33,70%
1.3 Imobilizações Corpóreas	29.125.049,24	52,19%	28.003.947,29	51,05%	27.176.260,34	50,80%	26.638.288,19	49,41%	-537.972,15	-1,98%
1.4 Investimentos Financeiros	230.874,98	0,41%	230.874,98	0,42%	795.257,15	1,49%	795.257,15	1,48%	0,00	0,00%
2. Circulante	1.471.508,20	2,64%	2.161.214,91	3,94%	1.888.277,35	3,53%	2.154.914,48	4,00%	266.637,13	14,12%
2.1 Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	69.701,16	0,12%	78.035,17	0,14%	64.122,12	0,12%	73.401,70	0,14%	9.279,58	14,47%
2.2 Dívidas de Terceiros - Curto prazo	615.807,23	1,10%	492.850,53	0,90%	255.951,83	0,48%	336.896,09	0,62%	80.944,26	31,62%
2.3 Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	785.999,81	1,41%	1.590.329,21	2,90%	1.568.203,40	2,93%	1.744.616,69	3,24%	176.413,29	11,25%
3. Acréscimos e Diferimentos	565.050,51	1,01%	594.339,35	1,08%	507.774,35	0,95%	1.652.786,82	3,07%	1.145.012,47	225,50%
Activo (1+2+3)	55.806.067,29	100,00%	54.854.412,84	100,00%	53.492.209,33	100,00%	53.913.805,27	100,00%	421.595,94	0,79%
4. Património	33.045.405,77	94,89%	34.296.724,94	96,45%	34.411.931,13	98,20%	34.462.704,95	93,03%	50.773,82	0,15%
5. Reservas	475.049,99	1,36%	540.273,10	1,52%	576.451,71	1,65%	579.124,02	1,56%	2.672,31	0,46%
6. Resultados Transitados	-351,57	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.398.918,44	3,78%	1.398.918,44	-
7. Resultado Líquido do Exercício	1.304.462,28	3,75%	723.572,16	2,03%	53.446,13	0,15%	604.454,23	1,63%	551.008,10	1030,96%
Fundos Próprios (4+5+6+7)	34.824.566,47	100,00%	35.560.570,20	100,00%	35.041.828,97	100,00%	37.045.201,64	100,00%	2.003.372,67	5,72%
8. Provisões para Riscos e Encargos	290.822,48	1,39%	305.822,48	1,59%	305.100,00	1,65%	277.311,94	1,64%	-27.788,06	-9,11%
9. Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	6.123.083,19	29,18%	5.145.775,96	26,67%	5.144.975,52	27,89%	4.070.129,64	24,13%	-1.074.845,88	-20,89%
9.1 Dívidas a instituições de crédito	6.123.083,19	29,18%	5.145.775,96	26,67%	4.178.439,95	22,65%	3.214.220,07	19,05%	-964.219,88	-23,08%
9.2 Outros Credores					966.535,57	5,07%	855.909,57	5,07%	-110.626,00	-11,45%
10. Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.846.144,26	8,80%	1.786.640,58	9,26%	1.691.426,47	9,17%	1.565.062,30	9,28%	-126.364,17	-7,47%
10.1 Empréstimos de curto prazo	749.529,82	3,7%	977.307,62	5,07%	967.336,01	5,24%	964.219,87	5,72%	-3.116,14	-0,32%
10.2 Fornecedores, c/c	306.307,26	1,46%	234.998,73	1,22%	219.254,10	1,19%	204.940,74	1,21%	-14.313,36	-6,53%
10.3 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
10.4 Fornecedores de imobilizado, c/c	342.166,44	1,63%	85.447,61	0,44%	40.909,11	0,22%	13.941,43	0,08%	-26.967,68	-65,92%
10.5 Estado e outros entes públicos	34.021,57	0,16%	49.331,15	0,26%	18.793,92	0,10%	18.307,63	0,11%	-486,29	-2,59%
10.6 Administração autárquica	15.705,20	0,07%	14.719,00	0,08%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
10.7 Outros credores	398.413,97	1,90%	424.836,47	2,20%	445.133,33	2,41%	363.652,63	2,16%	-81.480,70	-18,30%
11. Acréscimos e Diferimentos	12.721.450,89	60,63%	12.055.603,62	62,48%	11.308.878,37	61,29%	10.956.099,75	64,95%	-352.778,62	-3,12%
Passivo (8+9+10+11)	20.981.500,82	100,00%	19.293.842,64	100,00%	18.450.380,36	100,00%	16.868.603,63	100,00%	-1.581.776,73	-8,57%
Fundos Próprios e Passivo	55.806.067,29		54.854.412,84		53.492.209,33		53.913.805,27		421.595,94	0,79%

Nos gráficos e quadros seguintes podemos observar a evolução das Imobilizações Corpóreas e dos bens de domínio público, nos últimos 11 anos:



Evolução do Investimento - Imobilizações Corpóreas

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Terrenos e recursos naturais	2.445.969,10	3.993.524,21	4.308.908,15	4.370.957,96	3.829.537,83	3.732.732,33	3.804.073,91	3.804.073,91
Edifícios e outras construções	15.167.639,33	16.294.485,68	15.806.463,87	16.593.726,54	18.387.818,93	22.851.949,95	21.717.523,86	21.361.091,74
Equipamento básico	310.727,52	318.773,14	355.817,30	376.918,36	357.527,06	1.063.334,55	1.380.621,91	1.168.894,66
Equipamento de transporte	569.941,43	587.735,96	487.983,21	378.831,18	311.237,67	210.240,72	127.516,76	103.661,60
Ferramentas e utensílios	20.084,73	18.644,81	12.897,89	7.426,48	6.740,58	4.945,69	3.536,99	2.267,77
Equipamento administrativo	103.233,65	60.957,89	34.877,48	31.073,93	67.066,40	96.004,24	106.322,41	117.288,68
Outras imobilizações corpóreas	876,66	663,76	813,42	813,42	813,42	876,58	813,42	813,42
Imobilizações em curso	366.838,10	738.353,18	2.664.935,25	4.792.112,76	6.164.307,35	43.863,23	35.851,08	80.196,41
Total	18.985.310,52	22.013.138,63	23.667.696,57	26.551.860,63	29.125.049,24	28.003.947,29	27.176.260,34	26.638.288,19

5.2 Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da atividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2015 registou total de custos, no valor de 10.915.523,95 €, e um total de proveitos no valor de 11.519.978,18€, que originaram um resultado líquido de 604.454,23€.

Resultados do Exercício						Variação	
Designação	2011	2012	2013	2014	2015	Valor	%
Resultados Operacionais	121.191,51	187.224,61	-633.467,06	-1.223.124,12	-646.261,19	576.862,93	-47,16%
Resultados Financeiros	751.062,72	888.586,55	994.622,37	1.074.397,05	1.069.927,39	-4.469,66	-0,42%
Resultados Correntes	872.254,23	1.075.811,16	361.155,31	-148.727,07	423.666,20	572.393,27	-384,86%
Res. Líquido do Exercício	718.530,68	1.304.462,28	723.572,16	53.446,13	604.454,23	551.008,10	1030,96%

Do quadro acima verifica-se que apenas os resultados financeiros verificaram uma diminuição relativamente a 2014.

No ano de 2015 mais uma vez os proveitos operacionais foram inferiores aos custos operacionais originando um resultado operacional negativo.

Para esta situação contribuiu:

- O aumento dos custos, nomeadamente:
 - Transferências e subsídio corrente concedido onde estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia e para Instituições Sem Fins Lucrativos, no total mais 29.944,44€ do que em 2014;
 - Outros custos e perdas operacionais – mais 23.815,30€ do que em 2014.
- A diminuição da receita nomeadamente:
 - Venda de produtos e prestação de serviços – mais 120.255,05€ do que em 2014;
 - Transferências e subsídios obtidos – mais 97.892,31€.

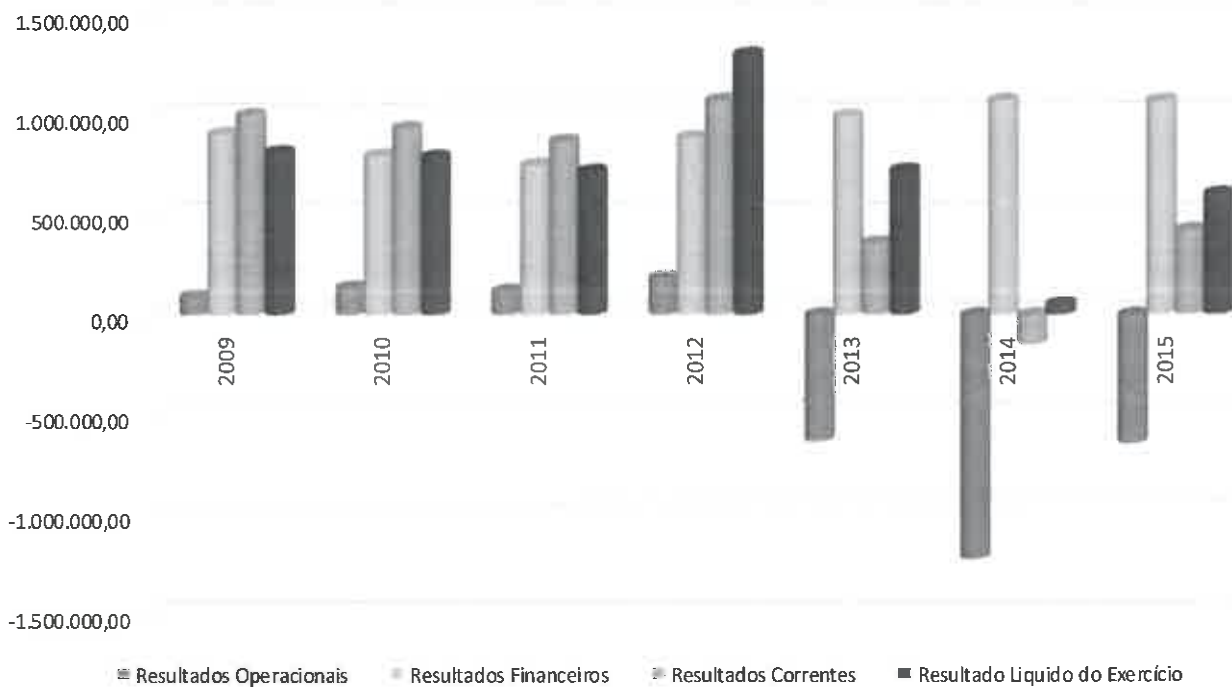
RPM
A
P
A
S

Os resultados extraordinários tiveram uma evolução negativa registando o valor em 2015 de 180.788,03€.

O resultado líquido do exercício, como atrás já referido foi de 604.454,23€ que traduz a capacidade do município em gerar proveitos para fazer face aos seus custos.

O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.

RPM
A
P
A
S



Custos

À semelhança dos anos anteriores, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 30,37% e 30,31%, respetivamente.

Relativamente à rúbricas das amortizações ela registou o valor de 2.688.514,70€ a qual reflete os investimentos realizados em anos anteriores.

A aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2015 que ascendeu a 143.588,00€.

A rubrica de custos e perdas financeiras verificou uma diminuição no ano de 2015, em resultado da diminuição dos juros dos empréstimos.

Os custos e perdas extraordinárias verificaram uma diminuição relativamente a 2014. Nesta rubrica estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia a título de, contratos de delegação de competências e contrato programa.

Proveitos

A atividade desenvolvida originou um total de proveitos de 11.519.978,18€, os quais aumentaram 0,54% comparativamente a 2014.

A Venda bens e prestação de serviços representam 9,48% dos proveitos contabilizados e registaram um acréscimo de 12% relativamente a 2014.

Os trabalhos que o Município realizou para si mesmo, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito, e que se destinam ao seu imobilizado, encontram-se refletidos na conta Proveitos para a Própria Entidade.

Dos proveitos operacionais destaca-se ainda o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 54,22% dos proveitos totais.

O valor dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em 1.142.850,40€, dos quais 1.056.165,39€ correspondem a rendimentos das concessões (EDP e Parques Eólicos).

O valor dos proveitos extraordinários representa 6,93% do total da estrutura dos proveitos.

RPAS
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Demonstração Resultados

Contas	Exercícios			
	2015		2014	
POCAL				
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
61				
612 Mercadorias	0,00		0,00	
616 Matérias	143.588,00	143.588,00	179.376,34	179.376,34
62 Fornecimentos e serviços externos	3.308.756,56		3.350.261,67	
Custos com o pessoal:				
641+642 Remunerações	2.658.979,44		2.699.094,93	
643 a 648 Encargos sociais	655.970,18	6.623.706,18	702.260,03	6.751.616,63
63 Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	589.409,04	589.409,04	559.646,60	559.646,60
66 Amortizações do exercício	2.688.514,70		2.909.948,43	
67 Provisões do exercício	125.328,83	2.813.843,53	151.087,96	3.061.036,39
65 Outros custos e perdas operacionais	54.027,77	54.027,77	30.212,47	30.212,47
(A)		10.224.574,52		10.581.888,43
68 Custos e perdas financeiras	72.923,01	72.923,01	116.304,32	116.304,32
(C)		10.297.497,53		10.698.192,75
69 Custos e perdas extraordinárias	618.026,42	618.026,42	706.914,07	706.914,07
(E)		10.915.523,95		11.405.106,82
88 Resultado líquido do exercício	0,00	604.454,23	0,00	53.446,13
		11.519.978,18		11.458.552,95
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços:				
7111 Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+711: Vendas de produtos	459.175,75		375.174,37	
712 Prestações de serviços	633.110,30		596.856,63	
713 Outros Serviços	14.875,00		4.008,11	
715 Reembolsos e Restituições	-4.462,06		-2.596,84	
716 Anulações	-304,05		-12.979,14	
714 Outras Receitas Correntes	21.425,35	1.123.820,29	27.092,10	987.555,23
72 Impostos e taxas	2.095.128,50		2.093.080,89	
Variação da produção	0,00		0,00	
75 Trabalhos para a própria entidade	113.623,86		130.279,82	
73 Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74 Transferências e subsídios obtidos	6.245.740,68		6.147.848,37	
76 Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.454.493,04	0,00	8.371.209,08
(B)		9.578.313,33		9.358.764,31
78 Proveitos e ganhos financeiros	1.142.850,40	1.142.850,40	1.190.701,37	1.190.701,37
(D)		10.721.163,73		10.549.465,68
79 Proveitos e ganhos extraordinários	798.814,45	798.814,45	909.087,27	909.087,27
(F)		11.519.978,18		11.458.552,95

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)	-----	-646.261,19
Resultados Financeiros: (D-B)- (C-A)	-----	1.069.927,39
Resultados Correntes: (D)- (C)	-----	423.666,20
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-----	604.454,23

6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2015, bem como o saldo da conta 59 (resultados anos anteriores) sejam aplicados da seguinte forma:

Aplicação do resultado Líquido do Exercício	
Saldo da conta 59	1.398.918,44
RLE 2015	604.454,23
Total	2.003.372,67
Reservas Legais	100.168,63
Reforço do Património	1.903.204,04

REMS
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

7. Factos Relevantes ocorridos Após o Exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2016 não foi registado qualquer movimento com relevância para as contas desse exercício.

8. Contabilidade de Custos

O principal objetivo do POCAL é a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna que seja uma ferramenta de apoio à tomada de decisão pelos decisores autárquicos.

À Contabilidade de Custos cumpre permite clarificar a aplicação dos recursos públicos numa perspetiva de economia, eficiência e eficácia, possibilitando um controlo de gestão sobre aspetos concretos da atividade Municipal.

Pela exaustividade da análise dos custos e proveitos dos bens e serviços, a ser pormenorizada no relatório da contabilidade analítica, opta-se aqui por apresentar uma breve decomposição dos custos e dos proveitos por funções.

8.1 Análise de Custos

A contabilidade de custos constitui um imperativo legal nos termos do ponto 2.8.3.1 do POCAL, segundo o qual *“A Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.”*

Assim, de forma a dar cumprimento ao exposto no ponto 2.8.3.2 do POCAL é apurado o custo das funções, o qual inclui custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

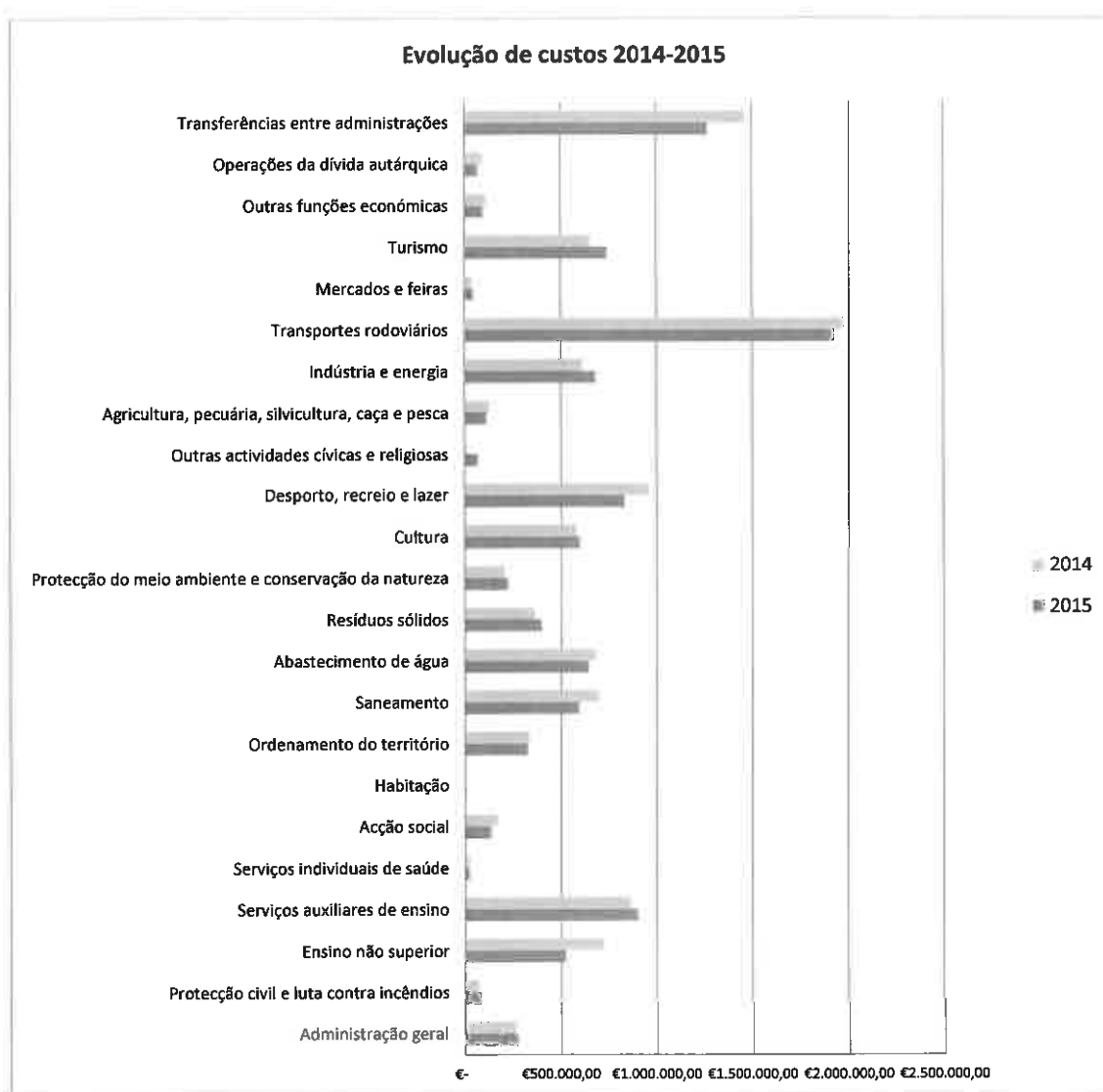
Para a apuramento dos custos diretos concorrem os custos de mão-de-obra direta, o custo das máquinas e viaturas e outros custos diretos. Os custos de mão-de-obra e máquinas e viaturas são custos previsionais, ou seja são custos calculados com base no custo hora apurado no ano anterior. Os outros custos diretos incorporam custos reais oriundos da classe 6 custos e perdas.

Os custos indiretos por não se relacionarem diretamente a um bem ou serviço, a sua imputação é feita à função e com base no valor dos custos diretos da respetiva função, ponto 2.8.3.3 do POCAL.

No ano 2015 tal como nos anos transatos, optou-se por recolher os custos por centros de responsabilidade e repartir os custos da função 111 – Administração Geral pelas restantes funções, por se considerar uma função administrativa diretamente relacionada com as restantes e com um custo considerável que ascende a 1.300.000€.

333	Transportes fluviais	- €	0,00%	0,00 €	0,00%
340	Comércio e turismo	788.749,92 €	7,44%	698.956,04 €	6,30%
341	Mercados e feiras	45.755,99 €	0,43%	42.406,17 €	0,38%
342	Turismo	742.993,93 €	7,01%	656.549,87 €	5,92%
350	Outras funções económicas	96.921,56 €	0,91%	113.536,55 €	1,02%
4	Outras funções	1.340.996,98 €	12,66%	1.562.351,71 €	14,09%
410	Operações da dívida autárquica	70.175,39 €	0,66%	95.597,64 €	0,86%
420	Transferências entre administrações	1.270.821,59 €	11,99%	1.466.754,07 €	13,23%
430	Diversas não especificadas	- €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total		10.595.611,59 €	100,00%	11.087.856,20 €	100,00%

Gráfico 1 – Evolução de custos 2014-2015



RP/MS
 47
 2
 AS
 SA
 +
 29
 20/10/15

Da análise do quadro atrás, constata-se que os custos incorporáveis ascendem a 10.500.000,00€ mostrando-se inferiores aos de 2014.

Das quatro grandes rubricas é a das funções sociais que apresenta a maior fatia de custos com 49,95% dos custos totais, sendo que os custos com os serviços de abastecimento de água (6,10%), saneamento (5,65%), resíduos sólidos (3,78%) e educação (13,49%) foram os que mais contribuíram para a referida preponderância.

As funções económicas representam 34,04% dos custos totais, custos estes que provêm essencialmente da função 331 transportes rodoviários (18,17%) e da função 342 turismo (7,01%).

8.2 Análise de Proveitos

O apuramento dos proveitos, não constituindo uma imposição legal, surge como um complemento à análise dos custos e assim determinar o grau de cobertura dos mesmos.

Ora, os dados apurados consistem apenas nos proveitos diretamente imputáveis aos diversos bens e serviços, não havendo a possibilidade de incorporar proveitos diretamente às funções. De referir que a diferença entre os proveitos apurados e os proveitos existentes são considerados “proveitos não incorporáveis”.

Tabela 2 – Grau de Cobertura dos Custos

Grau de Cobertura dos Custos						
Classificação Funcional		Grau de Cobertura dos Custos %	2015		2015	
			Proveitos por funções	%	Custo por funções	%
1	Funções Gerais	2179,15%	7.755.921,85 €	68,10%	355.914,98 €	3,36%
110	Serviços gerais de administração pública	2822,83%	7.738.714,37 €	67,95%	274.147,84 €	2,59%
111	Administração geral	2822,83%	7.738.714,37 €	67,95%	274.147,84 €	2,59%
120	Segurança e ordem públicas	21,04%	17.207,48 €	0,15%	81.767,14 €	0,77%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	21,04%	17.207,48 €	0,15%	81.767,14 €	0,77%
122	Polícia municipal	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
2	Funções sociais	38,04%	2.012.983,55 €	17,68%	5.292.429,74 €	49,95%
210	Educação	25,52%	364.792,73 €	3,20%	1.429.214,52 €	13,49%

211	Ensino não superior	41,23%	216.601,96 €	1,90%	525.287,24 €	4,96%
212	Serviços auxiliares de ensino	16,39%	148.190,77 €	1,30%	903.927,28 €	8,53%
220	Saúde	0,00%	- €	0,00%	21.845,60 €	0,21%
221	Serviços individuais de saúde	0,00%	- €	0,00%	21.845,60 €	0,21%
230	Segurança social	25,35%	34.667,59 €	0,30%	136.754,17 €	1,29%
232	Ação social	25,35%	34.667,59 €	0,30%	136.754,17 €	1,29%
240	Habituação e serviços coletivos	59,82%	1.316.722,11 €	11,56%	2.200.992,57 €	20,77%
241	Habituação	1407,52%	60.920,45 €	0,53%	4.328,20 €	0,04%
242	Ordenamento do território	16,09%	52.660,09 €	0,46%	327.329,66 €	3,09%
243	Saneamento	54,64%	325.988,06 €	2,86%	596.653,56 €	5,63%
244	Abastecimento de água	88,83%	574.622,90 €	5,05%	646.861,99 €	6,10%
245	Resíduos sólidos	70,25%	281.429,20 €	2,47%	400.636,06 €	3,78%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	9,37%	21.101,41 €	0,19%	225.183,10 €	2,13%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	19,74%	296.801,12 €	2,61%	1.503.622,88 €	14,19%
251	Cultura	24,73%	148.523,21 €	1,30%	600.618,14 €	5,67%
252	Desporto, recreio e lazer	17,77%	148.181,61 €	1,30%	833.674,62 €	7,87%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	0,14%	96,30 €	0,00%	69.330,12 €	0,65%
3	Funções económicas	44,90%	1.619.072,70 €	14,22%	3.606.269,89 €	34,04%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	31,67%	35.688,91 €	0,31%	112.693,10 €	1,06%
320	Indústria e energia	156,25%	1.066.441,43 €	9,36%	682.509,75 €	6,44%
330	Transportes e comunicações	17,62%	339.234,37 €	2,98%	1.925.395,56 €	18,17%
331	Transportes rodoviários	17,62%	339.234,37 €	2,98%	1.925.395,56 €	18,17%
332	Transportes aéreos	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
333	Transportes fluviais	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
340	Comércio e turismo	17,74%	139.923,96 €	1,23%	788.749,92 €	7,44%
341	Mercados e feiras	113,58%	51.968,01 €	0,46%	45.755,99 €	0,43%
342	Turismo	11,84%	87.955,95 €	0,77%	742.993,93 €	7,01%
350	Outras funções económicas	38,98%	37.784,03 €	0,33%	96.921,56 €	0,91%
4	Outras funções	0,03%	442,56 €	0,00%	1.340.996,98 €	12,66%
410	Operações da dívida autárquica	0,63%	442,56 €	0,00%	70.175,39 €	0,66%
420	Transferências entre administrações	0,00%	- €	0,00%	1.270.821,59 €	11,99%
430	Diversas não especificadas	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Total		107,48%	11.388.420,66 €	100,00%	10.595.611,59 €	100,00%

Da análise dos custos e proveitos apurados pela contabilidade analítica, constata-se que no geral os proveitos cobrem os custos na sua totalidade.

De salientar que o grau de cobertura dos custos da função 111 deve-se ao facto que os custos apenas contemplam os diretamente imputáveis aos bens e serviços, uma vez que os custos indiretos desta função, como já referido anteriormente, foram distribuídos pelas restantes funções. No que respeita aos proveitos dos bens e serviços desta função os mesmos incorporam as receitas obtidas do Orçamento de Estado, da Autoridade Tributária entre outras.

Adicionalmente destacam-se os proveitos da função 241 – Habitação que provêm das receitas obtidas com as rendas dos edifícios municipais.

Por último é de referir que o grau de cobertura dos custos da função 320 – Industria e Energia deriva dos proveitos a título da renda de concessão da EDP.

RP/MS
F B
M
AS
SU
+
R
J

9. Considerações Finais

O ano económico de 2015 terminou com um saldo de gerência de 1.744.616,69€, sendo 1.365.147,49€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 379.469,20€ relativos a saldo de operações de tesouraria.